



**Das Civilizações
à Imigração Libanesa**
Um pequeno resgate histórico

Jorge Alberto Buchabqui

B918d Buchabqui, Jorge,

Das civilizações à imigração libanesa: um pequeno resgate histórico/ Jorge Alberto Buchabqui. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

82 p. il. 14,8 : 21 cm. -- (Série Os Sírio-libaneses, v. 1)

1.Líbano-História-Emigração-Imigração. I.Título. II.Série.

CDU 956.93:314.742/43

Catálogo elaborado por Izabel A. Merlo, bibliotecária, CRB 10/329.

A ela, agradeço pela ajuda e dedicação.

Esta é uma obra sem fins lucrativos.

[...] você não consegue conectar os fatos olhando para frente. Você só os conecta quando olha para trás. Então tem que acreditar que, de alguma forma, eles vão se conectar no futuro. Você tem que acreditar em alguma coisa – sua garra, destino, vida, karma ou o que quer que seja. Essa maneira de encarar a vida nunca me decepcionou e tem feito toda a diferença para mim.

Steve Jobs
(1955 - 2011)

Sumário

Introdução	7
O Líbano – Um Pequeno Resgate Histórico	9
A imigração Libanesa.....	10
Causas da Emigração: por que os sírios e libaneses emigraram?.....	12
Por que o Brasil?	16
Turcos ou Libaneses?.....	17
Quatro Fases da Imigração Árabe.....	21
A Preservação da Origem, da Cultura e da Religião	27
Os Mascates	29
Do comércio de varejo/atacado para a indústria	31
De Mascates a Doutores	33
A educação	35
A política.....	35
Referências	36
Transformações Culturais.....	37
Conclusões.....	41
O Papel dos Imigrantes Árabes no Desenvolvimento.....	43
Referências	45
História Antiga e Medieval.....	47
Da Pré-História aos Fenícios	47
Invasões	48
Novas invasões.....	54

Referências	55
Os Fenícios	57
Quem eram?	57
História e sociedade	60
Cidades e comércio.....	60
A presença assíria e as inovações da navegação e engenharia.....	62
Da dominação persa à chegada do exército de Alexandre, o Grande.....	63
Artes e linguagem.....	65
Religião	66
Referências	67
História Moderna e Contemporânea.....	69
Domínio Otomano (1516 - 1914).....	69
Os Maan do Líbano	72
Os primeiros Chehab (1697 - 1789)	73
Líbano mais atual	78
Conclusão.....	81

Introdução

Nada como as parábolas de Gibran, como uma maneira mais sedutora de dizer. Nada como Gibran, que em uma das suas parábolas mais curtas, inspiradora de O Profeta: “Não ouviste falar do homem que cavava a terra à procura de raízes e descobriu um tesouro?”

Não seria uma mera pretensão, não fosse a alegria de colher nesta busca à raízes, algo que nos fizesse remeter a nossos antepassados. Nossos queridos imigrantes, mascateadores de um novo tempo, e buscassemos entender um pouco do tão pouco que sabemos, ou das suas memórias que deixamos escapar quando tão próximos estávamos deles.

Meu pai, como muitos, de uma família de origem libanesa maronita, vinda da longínqua Jounieh, “ah! a baía de Jounieh, a mais bela do universo com sua Harissa ao alto”, que veio ao Brasil por inteira e aqui semeou o futuro dos seus filhos, dos seus netos, da sua vida. E que vida!!! De lutas, de mascateamento, de comércio, de outra língua, de outra cultura, mas cujo sangue fenício circulava e fazia-o sentir-se integrado. Integraram-se de tal modo ao Brasil que um dia cheguei a perguntar-lhe se gostaria de voltar ao seu Libano, me dizia, sem contudo deixar de cair umas pequenas lágrimas fugidias, que a sua Terra era o Brasil, que os acolheu, lhe deu guarida e propiciou as alegrias que sua terra natal teimava em os privar.

Em nome de suas origens, trazendo à tona, de um modo tão suscito, algumas epopéias vividas por este povo milenar, que antes que nossas lembranças se esgotem no tempo, por aqueles que trazem a chama fenícia no peito e no coração, que iniciamos com este livreto, este pequeno resgate da história. Esperamos, como nos diz Gibran, continuar cavando a nossa terra libano-brasileira, que nossas raízes sirvam de tesouro para iluminar ainda mais nossas mentes mescladas da coragem do povo libanes e a audácia, criatividade e alegria desta terra tão generosa com nossos antepassados, e por isso agradecidos sempre estaremos por ela.

Que este encontro dos Buchabqui, Bouchabki, Abou chabki, Musé, seja um augúrio de novos tempos que unifiquem ainda mais nossas origens e os novos tempos que não deixaremos serem esquecidos.

Este é uma tentativa singela de trazer estas memórias registradas na história até o nosso tempo. O foco é abrangente no tempo, porém suscito na abordagem. É um início de uma viagem milenar que pretende chegar até nós, mostrando de onde viemos em suas origens civilizatórias multifacetadas, que amalgamaram, o que poderia ser caracterizado como nossa cultura libanesa. No futuro, pretendemos entender um pouco mais do que nos foi possível transmitir por nossos imigrantes, o quanto conseguimos entender de suas falas, de sua língua, de seus modos de ser e viver. Afinal, representam um povo fenício por muitos séculos submetidos a múltiplos desafios e para os quais foram amados sobreviventes.

O Líbano – Um Pequeno Resgate Histórico

O Líbano (nome oficial: República Libanesa) é um pequeno país montanhoso situado no Médio Oriente. Faz fronteira a sul com a Palestina, a norte e a este com a Síria, sendo banhado a oeste pelo Mar Mediterrâneo. A sua capital, e maior cidade, é Beirute.

Esta localização estratégica no cruzamento do Mediterrâneo com península arábica tem ditado a sua história rica, e a forma da sua identidade cultural única em diversidade étnica e religiosa.

Os primeiros sinais civilizatórios no Líbano remontam mais de 7.000 anos de história registrada. De origem dos Fenícios, uma cultura marítima que floresceu durante quase 2.500 anos (3000-539 a.C.). Após o colapso do Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial, as cinco províncias que compõem o Líbano moderno foram mandatadas para a França. O Líbano estabeleceu um sistema político único em 1942, conhecido como confessionalismo, um mecanismo de partilha de poder com base em comunidades religiosas. Foi criado quando os franceses expandiram as fronteiras do Monte Líbano, que era maioritariamente habitado por Católicos Maronitas e Drusos, para incluir mais elementos muçulmanos. O país ganhou a independência em 1943, e as tropas francesas se retiraram em 1946.

Antes da Guerra Civil Libanesa (1975-1990), o país vivia um período de relativa calma e prosperidade, impulsionada pelo turismo, agricultura e serviços bancários. Por causa de seu poder financeiro e diversidade, o Líbano era conhecido em seu auge como o "Suíça do Oriente". O país atraiu um grande número de turistas, tal que a capital Beirute era referida como "Paris do Oriente Médio". No final da guerra, houve grandes esforços para reanimar a economia e reconstruir a infra-estrutura do país.

Até julho de 2006, o Líbano desfrutou de uma estabilidade considerável, a reconstrução de Beirute estava praticamente concluída^[11] e um número crescente de turistas se hospedavam nos resorts do país^[9]. Em seguida, a guerra de 2006 entre Israel e o Hezbollah causou a morte de civis e pesados e significativos danos na infraestrutura civil do Líbano.

A imigração Libanesa

A emigração de sírios e libaneses começou timidamente em alguns povoados nos anos de 1870 a 1880 para, a partir daí, fazer com que abrangesse, praticamente, todas as aldeias, sendo que em 1890, o movimento assumiu tal proporção onde aldeias inteiras emigravam. Na segunda metade do século XIX e nos primeiros 30 anos do século XX houve uma verdadeira diáspora de sírios e libaneses, e mesmo sem termos o número exato dos emigrados, sabe-se que os cristãos eram majorias, o que afetou praticamente todas as cidades e aldeias do Líbano e num grau inferior, da Síria. Quanto as rotas emigratórias, identifica-se que a primeira, mais antiga, tinha como destino o Egito, Sudão e as colônias francesas e inglesas da África para a África, Europa, Américas, Austrália, etc. Esta era a rota preferida pelos não cristãos. A segunda conduzia os emigrantes para as Américas, Austrália e Nova Zelândia; era para onde se dirigiam os cristãos.

Navios ingleses transportavam, gratuitamente, famílias para a Itália. A partir daí já existia um circuito de emigração para a América do Sul. Não se pode precisar exatamente as datas e condições dos primeiros emigrantes árabes para o Brasil, mas pode-se avaliar que a primeira leva de emigrantes foi contemporânea aos distúrbios de 1860. Esta hipótese é confirmada pelo fato de que o primeiro escritor brasileiro de origem árabe nasceu em 1861. Trata-se de Manuel Said Ali que morreu em 1935. Na década de 1880 franceses e ingleses já ocupavam o Oriente Médio contando com a passividade do poder turco.

O movimento do Renascimento da poesia e literatura árabe, cada vez mais minado por lutas internas entre múltiplas correntes, encontra-se ameaçado tanto pelos turcos como pelas potências européias.

O contato com alguns dos emigrados no Brasil aparece como saída para os intelectuais que procuram um exílio. Todos sentem a necessidade de sair, provisoriamente deste ambiente tumultuado pela ocupação estrangeira.

Os primeiros imigrantes árabes no Brasil se instalaram nas ruas da Alfândega e Ouvidor no Rio de Janeiro. Eles vieram para a América, assim como foram para outros Continentes, por motivações políticas e tinham por objetivo juntar fortuna e voltar ao país de origem libanesa para viver melhor.

Oficialmente, a imigração libanesa começou no Brasil por volta de 1880, quatro anos após a visita do imperador Dom Pedro II ao Líbano. Entretanto, Challita surpreende ao apontar a presença libanesa desde 1808, já que se sabendo da necessidade premente de propiciar alojamento digno quando da vinda de D. João ao Brasil e que não havia um palácio digno de sua realeza, Antun Elias Lubbos oferece sua residência, hoje o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. O libanês era proprietário de terras, possuía um açougue de carne de carneiro e uma casa de secos e molhados. O local se tornou Casa Imperial Brasileira, onde nasceu Dom Pedro II.

Esta referência antecedente confirma Diegues Júnior que acredita que a presença de turcos, sírios e libaneses no Brasil remonta à época colonial, tendo em vista que Portugal mantinha relações comerciais com a Síria. É certo, entretanto, que a segunda metade do século XIX foi a principal época de entrada dos imigrantes libaneses no Brasil, ou seja, de 1860 a 1890. Certamente, conforme podemos atestar, os “turcos-árabes” já aparecem de outra forma expressiva entre os imigrantes entrados no país no período de 1820 a 1920.

A maioria dos imigrantes veio ao país fugindo da falta de perspectiva econômica da região, então dominada pela política turco-otomana. O Brasil, na época, atravessava a sua primeira fase de urbanização e industrialização, o que tornava propícios os novos negócios. Diferente dos imigrantes europeus, que procuraram no Brasil as terras para cultivo, os

libaneses encontraram nas cidades um local para a criação de indústrias e casas de comércio.

A maioria deles começou a sua vida no país vendendo mercadorias de porta em porta como mascate, ao qual vamos nos dedicar mais adiante. O dinheiro juntado acabou sendo o pontapé para a abertura de pequenas confecções e lojas de tecidos. Muitos dos imigrantes libaneses que vivem ou viveram no Brasil colaboraram inclusive com o desenvolvimento do próprio Líbano, com envio ao país de recursos que propiciaram a construção de hospitais, escolas e bibliotecas.

Causas da Emigração: por que os sírios e libaneses emigraram?

Recorrendo a história sob o Império Otomano, encontramos os principais motivos da emigração dos quais emergem forças político-religiosas, econômicas ou ambas. Antes do século XIX, os cristãos de todas as doutrinas ocupavam uma posição social e política inferior no Império Otomano, sejam por estarem sujeitos a muitas restrições e pelas cobranças de impostos. Vivendo em pequenos grupos concentrados nas cidades maiores, com excessão dos maronitas que viviam reunidos nas montanhas do norte do Líbano, formando aí uma grande população rural e mantendo uma independência limitada sob uma direção leiga e clerical, recusada em 1831 aos demais grupos cristãos.

A libertação dos cristãos dos pesados encargos de que eram vítimas, foi possível somente com a interferência decidida de Ibrahim paxá (filho de Muhammad Ali paxá, o modernizador do Egito), aliada às concessões aos cristãos, como a tolerância religiosa, e aos limites impostos aos nobres locais. As consequências foram rebeliões e massacre mútuos, entre drusos e maronitas. Durante muitos anos lavradores espalharam-se para o sul, em território druso, substituindo lavradores locais. Tanto os proprietários drusos como os cristãos preferiam os maronitas devido às suas técnicas agrícolas superiores.

A destruição do regime feudal e a relativa igualdade estabelecida entre cristãos, drusos e muçulmanos, além do fomento das obras missionárias

protestantes levou os cristãos locais a um contato mais íntimo com o Ocidente e indiretamente estimulou as correntes migratórias para terras cristãs.

Depois dos massacres de 1860 ocorrido no Líbano, os cristãos iniciaram as emigrações que levaram milhares para fora da Síria e do Líbano. Em comparação, poucos muçulmanos e drusos emigraram. Os drusos que foram forçados a abandonar as montanhas do Líbano emigraram para o Hauran, na Síria.

Devido às dificuldades militares e políticas do Império Otomano, até mesmo pela questão do alistamento militar obrigatório aos cristãos depois de 1909, o rude tratamento imposto nos alistamentos cristãos pelos soldados e oficiais maometanos determinou a emigração de milhares de cristãos para fugir do serviço militar e veio a constituir-se em outra influência a considerar quanto à emigração.

Com o início da 1ª Guerra Mundial, a emigração da Síria e do Líbano cessou. No fim da guerra, os povos desses países devastados esperaram para ver o que o futuro lhes traria. Quando descobriram que a independência lhes seria recusada, recomeçaram a emigrar em grandes levadas.

Fatores econômicos tomam saliência quando se identifica no século XIX na Síria e Líbano o declínio econômico e a miséria, quando altos impostos e desgoverno eram a tônica do momento. Como a maioria dos coletores de impostos era maometana, os cristãos eram mais penalizados que os outros. Devido à pressão demográfica, pobreza do solo, doenças endêmicas, declínio das indústrias tradicionais e falta de oportunidades econômicas, a emigração tornou-se a única solução possível para esta situação. Com o tempo tornou-se comum, em períodos de dificuldade econômica, a emigração dos homens das vilas para ganhar dinheiro no exterior e depois mandar fundos para casa a fim de ajudar familiares e parentes. Também razões mistas afloraram, onde as atividades dos agentes de passagens tiveram grande importância no fomento da emigração. Como em geral imigrantes que retornavam, discorriam sobre as oportunidades de se ganhar dinheiro no exterior como mascate. Agiotas também instigaram a emigração, pois isto lhes rendia grandes lucros. Tanto uma

como o outro atuavam através dos líderes das aldeias, pagando a estes por cada imigrante que saísse de sua vila.

Muitos emigraram para escapar às formas tradicionais de controle social, como por exemplo para não casar com a pessoa escolhida pela família; casados que fugiam, aventureiros, antisociais, ambiciosos, pessoas contrárias ao governo turco, etc.

Não devemos esquecer que, a par de todos os motivos citados, vigorava os movidos pelo espírito de aventura, o que parece ser um instinto da raça herdado tanto dos fenícios quanto dos árabes, o comércio foi um outro fator que levou sírios e libaneses a deixarem seus países, vislumbrando com esta atividade a possibilidade de fazer fortuna e retornar ao seu país.

O contínuo crescimento da população foi outro fator para que sírios e libaneses deixassem o seu país. Um país essencialmente agrícola e com uma geografia árida em sua maior parte, como a Síria e o Líbano, não pode sustentar mais do que certo número de habitantes.

Uma terceira causa de emigração foi a opressão política e perseguição religiosa, somados ao absolutismo turco. O século XIX foi o século da liberdade e das democracias e o contraste entre liberdade e opressão tornou ainda mais negro o absolutismo turco.

Além destas causas já expostas, soma-se o fato de já existirem sírios e libaneses nas Américas, sul da África, Austrália e Egito. Isto foi suficiente para que grande número de moços, muitos dos quais já formados por universidades, emigrassem para locais onde moravam seus parentes.

A emigração de sírios e libaneses se deu para todos os países e por iniciativa própria, diferentemente de outros povos, pois não tiveram a ajuda oficial. Nenhum governo custeou-lhes a viagem. Nenhum governo hospedou-os em casas de imigração. Nenhum agenciador de empresas de colonização trouxe-os para o país de destino. Cada um por si resolveu procurar um novo país de destino. Cada um pagou sua passagem com dinheiro próprio. Assim, independentemente, começaram a trabalhar por conta própria, seguindo a linha de seus descendentes; a mascateação.

A emigração que começou timidamente em alguns povoados nos anos de 1870 a 1880 para, a partir daí, atingir praticamente todas as aldeias, em 1890, assumiu uma tal proporção que aldeias inteiras emigravam.

Duas foram as rotas emigratórias. A primeira, mais antiga, tinha como destino o Egito, Sudão e as colônias francesas e inglesas da África; esta era a rota preferida pelos não cristãos. A segunda conduzia os emigrantes para as Américas, Austrália e Nova Zelândia; era para onde se dirigiam os cristãos. Os relatórios de missionários de 1891 e 1892 ilustram a grande onda emigratória destes anos.

A febre emigratória não apresentava indícios de diminuir. Chegou a tornar-se uma mania. Tirou das nossas igrejas alguns dos seus membros mais úteis; muitos dos professores dão sinais de inquietude. Um analfabeto vai para a América e no curso de seis meses manda um cheque de \$300 ou \$400 dólares, mais do que o salário de um professor ou de um pastor em mais de dois anos. Durante os meses passados veio para Zahlé da América uma média de \$400 a \$500 diariamente. Quase tudo é usado para pagar velhas dívidas, hipotecas, e para levar outros emigrantes além-mar. Esperamos algum benefício da influência reflexa da emigração. Dos relatos dos emigrantes só se ouvem louvores irrestritos à América e às suas instituições[...] (Fifty-fourth Annual Report of the Board of Foreign Missions of the Presbyterian Church in the United States (New York: Mission House, 1891), p. 250-252.

[...] A emigração, como um fermento possante, agita todas as aldeias e povoados do nosso campo. Todo o mundo está em movimento e ninguém parece disposto a ficar, desde que possa, de um jeito ou de outro, arranjar dinheiro suficiente para pagar a viagem. Os sírios modernos parecem rivalizar com os seus antepassados os fenícios... Há homens, meninos, mulheres e crianças de Zahlé em tôdas as grandes cidades do Novo Mundo, na Austrália, e nas ilhas de todos os mares. A crônica de suas experiências formará um estranho capítulo na história da Síria moderna. Atravessaram os Estados Unidos de norte a sul, viajaram por terra do Rio de Janeiro a Montreal e Quebec, transpuseram o Pacífico de ilha em ilha em pequenos barcos, e não poucos circunavegaram o mundo e voltaram para casa via Jerusalém. As cartas

que escrevem, as histórias que narram, e o dinheiro que trazem, acrescentam ímpeto ao movimento. (Fifty-fifth Annual Report of the Board of Foreign Missions of the Presbyterian Church in the United States (New York: Mission House, 1892), p. 264-269.

Por que o Brasil?

Há várias hipóteses descritas. Segundo alguns relatos os primeiros sírios e libaneses vieram para o Brasil porque não conseguiram visto de entrada para os Estados Unidos. Muitos vieram para cá enganados pelas companhias de navegação, e eram levados para Santos ou Rio de Janeiro e só quando desembarcavam percebiam que não estavam na América do Norte. Mas muitos vieram chamados pelos parentes que já estavam estabelecidos. E, finalmente, muitos vieram porque acreditavam que o país fosse mais propício a fazer dinheiro do que outros países.

O censo de 1876 aponta o ano de 1871 como sendo a primeira vez que aparecem sírios e libaneses no Brasil. O censo menciona três “turcos” na cidade do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Biografias revelam, ainda, que seus autores estavam no Brasil no início de 1880. Diante disso, o ano de 1871 é aceito como a data em que os primeiros sírios e libaneses entraram no Brasil.

A princípio, a imigração foi lenta e irregular, sendo que os primeiros imigrantes vinham para sondar o país e determinar se o imigrante deveria vir para o Brasil ou escolher algum outro país. Durante a segunda metade do século XIX e começo do século XX, o governo turco proibiu a emigração, exceto para o Egito, que se tornou mais rígida por volta de 1900, quando a Turquia se viu envolvida numa série de guerras coloniais e com os Balcãs e, necessitada de tropas, arregimentava todos os jovens em idade militar. Uma vez liberalizadas as leis contra a imigração, o movimento para o Brasil aumentou, mas cessa com a I Guerra Mundial, e reinicia após a mesma e os sírios e libaneses começam novamente a deixar seus países em decorrência da depressão e da situação caótica do levante no pós-guerra.

Esta onda migratória aumenta, mas é contida pelo sistema de quotas adotado pelas autoridades brasileiras, tendo seu término após a II Guerra Mundial. Desde então, poucos imigrantes têm entrado no Brasil. Leva-se em conta que a independência da Síria e do Líbano removeu uma das principais causas da imigração, que era o desejo de fugir da condição de colônia.

Turcos ou Libaneses?

Conforme sabemos, os primeiros imigrantes do Oriente Médio (Líbano, Síria e Palestina) que chegaram no Brasil, vieram fugidos da política, da prepotência otomana, da perseguição religiosa e da exploração fiscal dos turcos. Aqui chegando, foram chamados de turcos.

O autor em que nos baseamos, Mansour Challita, se apressa em colocar que os turcos dos quais trata o presente artigo são os componentes do Antigo Império Otomano que não mais existe. A Turquia atual é um país moderno, progressista e que merece todo apreço.

Mas, enfim, libaneses ou turcos? Como o próprio Jorge Amado afirma em seu romance "A descoberta da América pelos turcos", nunca houve turcos no Brasil e oferece uma boa oportunidade para esclarecer-se a pitoresca confusão entre turcos, árabes, sírios e libaneses, pois esta confusão ainda tem muita influência na vida prática.

Por que, então, eram os primeiros imigrantes libaneses chamados de turcos? Para responder a esta pergunta devemos retroceder um pouco na história. Nos séculos XII e XIII, quando a civilização árabe estava em seu apogeu, invadiram o Oriente Médio hordas bárbaras vindas da Ásia Central: Tarmelão e seus tártaros, Gengis Khan e seus mongóis, Osman e seus turcomanos.

Eram conquistadores impiedosos que só sabiam destruir e tiranizar. No centro de Siwas, Tarmelão mandou esmagar, sob os cavalos, mil crianças que os sitiados lhe enviaram para enternecê-lo depois de ocupar Bagdá.

O mesmo tirano entregou os habitantes a uma matança que durou oito dias. Com as cabeças dos mortos, os soldados edificaram vinte pirâmides.

Tarmelão e Gengis Khan passaram rapidamente, mas os turcomanos fundaram o Império Otomano, que durou oito séculos ininterruptos, até o fim da Primeira Guerra Mundial. Nessa altura o Oriente Médio não era mais aquela terra privilegiada, berço de grandes civilizações; virara uma grande região desolada e decadente.

Em 1860, os turcos incitaram uma religião contra a outra e houve massacre de muitos libaneses cristãos. A Europa se comoveu e obrigou a evacuação da montanha do Líbano, de maioria cristã, que foi declarada zona autônoma do Monte Líbano. Em volta desta pequena zona, dominava o Império Otomano. Ora, ao longo dos séculos e desde a época dos fenícios, os libaneses tinham sobrevivido e prosperado, graças às suas relações livres com o resto do mundo, pois o Líbano em si, apesar de suas belezas, é uma terra restrita e árida, desprovida de riquezas naturais como o ouro e o petróleo. Seus únicos produtos são os homens, conforme a observação de Georges Buis em seu livro "La Barque": "Este país nada produz além de seus habitantes, mas que príncipes da mente!"

Como tudo tem seu preço e suas intenções, a França enviou missões jesuíticas, os russos, missões ortodoxas e os ingleses, missões protestantes. Como a assistência oferecida só era acessível aos fiéis de sua religião, os árabes católicos e muçulmanos converteram-se, entre outros, ao protestantismo para poder beneficiar-se das "obras" missionárias. Esta foi uma das maneiras que a Europa usou para não perder o controle no Oriente, pois no dizer dos franceses, "É preciso afrancesar os maronitas".

Também o Egito revelou-se um exílio frágil quando a repressão abateu-se sobre o país.

Quando ainda cortados do mundo pela presença Otomana, eles conheceram as privações e a pobreza. Seu único recurso era emigrar, mas o Monte Líbano, não sendo um Estado, não podia emitir passaportes e os libaneses tinham que viajar com passaportes de autoridades turcas; o passaporte do opressor naquela época. Na Europa e nas Américas, o nome

turco era bastante desprestigiado. Os libaneses foram chamados de turcos de acordo com o seu passaporte e tiveram que arcar com as consequências.

Para escapar ao apelido destruidor, muitos imigrantes recorreram ao expediente de traduzir o nome para tirar-lhe a conotação árabe, responsável pela confusão com os turcos. O expediente foi usado tanto em inglês como em espanhol e português, produzindo, às vezes, resultados hilariantes. Ai surgem: Hanna El-Ferran virara John Baker, Boutros El Haddad, Peter Smith, Boutros Al-Asmar, Peter Brown. Em espanhol as traduções eram igualmente pitorescas: Daher Fares virara Alfredo Feliz de Lade; Hanna El-Mkihs, Juan Serio. Dizem que Fidel Castro é filho de libaneses e que seu nome é Fadlu Kassiti.

Por necessidade, e seguindo traduções literais, o português seguiu a moda. Youssef Dau virara José da Luz; Antun Chaniny, Antônio Ramos; Naum Chedid, José Maria Fortes; Hanna Dib, João Lobo. Hoje os libaneses não mais traduzem seus nomes no Brasil nem alhures. Ao contrário, são orgulhosos de sua origem.

Quatro Fases da Imigração Árabe

Didaticamente, a imigração árabe para o Brasil pode ser dividida em quatro fases distintas

Fases
1ª Fase – período de 1850 a 1900
<p>A integração do elemento árabe no Brasil processou-se de maneiras diferentes nas diversas regiões do país. Isto se deu em funções do meio social, das ocupações dos imigrantes e de seu número.</p> <p>A origem do imigrante árabe no Brasil varia em função da época e da sua localização geográfica. A fixação em diferentes regiões compreende fatores locais e externos, psicológicos e práticos.</p> <p>As primeiras datas da vinda dos libaneses podem ser fixadas antes de 1885. O período imigratório árabe no Brasil até fins de 1900 é considerado a primeira fase. É o período de aventuras onde a América era tema lendário para os povos árabes, sem autonomia própria e dependentes do Império Otomano. A obtenção de riqueza fácil foi a causa principal das primeiras experiências. A América desempenhou para os árabes o papel que a Ásia desempenhou para os europeus na Idade Média.</p> <p>Existiam dois centros principais de convergência dos árabes – o da borracha e o do café. Os mascates agiram alargando fronteiras.</p>

Continua.

Continuação...

A borracha, o café e as riquezas minerais indiretamente determinaram a dispersão dos primeiros árabes aqui chegados. Fixaram-se em núcleos isolados de norte a sul, aí incluindo o planalto central. O sucesso econômico obtido pelos primeiros árabes foi responsável pela vinda de outros. Os lucros rápidos e fáceis da Amazônia criaram lendas e incentivaram a imigração. Formaram-se agrupamentos de parentes, amigos ou conterrâneos onde os mais velhos cuidavam e se responsabilizavam pelos mais novos.

Não raro, os imigrantes adotavam novos nomes em função de sua atividade no Brasil. Isto está relacionado com a dificuldade de pronúncia de letras guturais e aspiradas. Há nomes adotados por analogia ou por tradução que eles mesmos criaram.

Foram os pequenos imigrantes que se ambientaram rapidamente e fixaram residência no país.

Não havia sociedade comercial entre eles, a não ser entre pais e filhos e às vezes primos. A falta de sociedade econômica entre libaneses e sírios está no fato de que todos pensavam em regressar ao seu país para aí executar melhoramentos. Exemplo: a av. Brasil, na cidade de Zahlé foi assim chamada por ter quase todas as suas antigas construções feitas por antigos imigrantes que estiveram no Brasil.

A fixação do imigrante-comerciante num cruzamento de estrada, numa clareira ou próximo a uma fazenda, trazia prosperidade à região e não raro transformava, mais tarde, este local em um centro urbano de importância econômica e social, tais como os núcleos urbanos da Alta Paulista e Estrada de Ferro Goiás.

Ao terminar esta primeira fase da imigração o árabe já havia fundado suas sociedades beneficentes para auxiliar os mais necessitados.

Esta primeira fase imigratória, caracterizada pelo espírito de aventura e improvisado serviu como base para as outras fases do século XX quando os aspectos desta imigração sofrerão mudanças culminando com a integração dos filhos dos primeiros imigrantes na vida nacional.

Continua.

Continuação...

2ª Fase - período 1900 a 1918

Com a aceleração da imigração neste período, já se podia falar na formação de “colônias árabes”. O ciclo da borracha, na Amazônia, acelerou a imigração para esta parte do Brasil, assim como o ciclo do café trouxe imigrantes para o sul. Estes eram, na época, os dois pólos econômicos do país.

Os imigrantes que iam para o norte aportavam em São Luís e em Belém e destes dois portos dispersavam-se pela Amazônia. Verificava-se também um movimento de migração do sul para o norte do Brasil em função das condições econômicas advindas do ciclo da borracha.

Os comerciantes, para evitar a disputa entre os novos patrícios, estabeleciam, de antemão, as regiões do Brasil, que cabiam a cada um.

Desse modo o imigrante recém chegado já estava com seu emprego garantido. As casas comerciais de libaneses já estabelecidos no Brasil agenciavam os mascates e lhes forneciam as mercadorias.

Estabelecidos, num primeiro momento, na faixa litorânea brasileira, os libaneses sentindo a concorrência dos mascates italianos e portugueses, se dirigem para o interior do país e, seguindo as rotas de povoamento dos caminhos e vias fluviais vencem esta concorrência. Obtendo lucros, os libaneses mandam expressivas somas em dinheiro para seu país de origem contribuindo assim para a intensificação do movimento imigratório.

Este movimento vai se intensificar por volta de 1908 quando reformas políticas decorrentes da revolução constitucional no Império Otomano, obrigam os jovens a servirem o exército otomano. Muitos desses jovens desertam e vêm para a América. Mais instruídos e com um pequeno capital estes novos imigrantes tendem a abandonar a vida de mascate e a se estabelecerem comercialmente nas pequenas cidades do interior. Apesar das disputas no campo econômico alguns deles vencem e prosperam.

Continua.

Continuação...

Neste período a imigração passa a ser feita por iniciativa própria. Em consequência deste fato, as conquistas eram puramente pessoais, tendo em vista as dificuldades de ambientação devido às diferenças culturais e de costumes o que tornava ainda mais difícil o seu estabelecimento em um país estranho.

3ª e 4ª Fases 1918 a 1950

Finda a primeira guerra mundial, inicia-se a terceira onda de imigrantes árabes para o Brasil. Dos primeiros imigrantes libaneses e sírios aqui radicados, alguns já haviam falecido, porém, deixaram inúmeros descendentes com famílias constituídas.

Neste período a imigração se volta mais para o sul devido ao maior desenvolvimento da economia.

Em 1914 já era considerável o número de fábricas pilotadas por sírios e libaneses. Só em São Paulo o número delas chegava a 47 onde se fabricavam os mais diversos produtos. Muitos deles aproveitando o grande surto industrial e comercial do momento, se ligam às fazendas de café e à sua exportação.

A crise de 1929 e o contínuo progresso da indústria nacional leva os ricos libaneses e sírios para a criação de novas indústrias e à abertura de novos estabelecimentos comerciais.

Começam, também, a adquirir propriedades ao invés de mandar toda a soma de dinheiro adquirida para seu país de origem. Estabelecem-se em determinadas zonas da cidade e passam a dominar o comércio. Exemplo: rua 25 de Março, Florêncio de Abreu e adjacências em São Paulo. Suas residências vão se localizando em bairros mais afastados como Liberdade e Vila Mariana. Entre 1940 e 1950 São Paulo já conta com 70 mil sírios e libaneses.

Continua.

Continuação...

Este fato também se registra em cada aldeia e cada cidade. Sentindo que sua fixação no Brasil não é mais provisória, os árabes assumem novas posturas econômicas e sociais.

É um novo ciclo econômico que se inaugura. Nesta fase, famílias inteiras chegam ao Brasil, porém, continuam sem a proteção das leis de imigração do governo brasileiro. Sua descendência já se faz sentir nas escolas e a partir de 1932, especialmente no movimento constitucionalista em São Paulo, seus descendentes começam a se destacar em cargos políticos e administrativos.

No plano social também já se sente uma mudança no comportamento das famílias árabes-brasileiras: diminui o número de jovens que voltam para a terra natal para se casarem com parentes ou conhecidos, pois que agora a família vem inteira.

O terceiro período termina com a segunda guerra mundial. Depois de 1945 os árabes-brasileiros consolidam sua posição de comerciantes e industriais. Abrem-se, em decorrência, novas relações diplomáticas com o Brasil o que dá novo alento à imigração e à economia, principalmente com as mudanças introduzidas nas leis imigratórias.

A Preservação da Origem, da Cultura e da Religião

Tanto na Síria quanto no Líbano, a religião equivale à nacionalidade. Cada grupo religioso é considerado uma comunidade separada dentro da estrutura do Estado. O chefe de cada igreja exerce algumas funções civis além de controlar as atividades religiosas. Geralmente os habitantes de uma aldeia pertencem a uma igreja específica. As aldeias são classificadas como muçulmanas, maronitas, drusas ou grego-ortodoxas. O vigário da aldeia é o "inman". Dentro das aldeias grego-ortodoxas, a igreja é perfeitamente estável, autônoma e totalmente integrada, em todos os aspectos da vida do povoado. Em São Paulo, a grande maioria dos sírios e libaneses pertencem a três doutrinas cristãs: o grego-ortodoxa, o maronita e o católica-romana (estariam aqui os melquitas - o autor classifica os melquitas como grupos menores juntamente com os presbiterianos, judeus, muçulmanos e outros).

A língua da igreja é o árabe. Durante os serviços religiosos os dois sexos são segregados. Os homens ocupam a parte anterior da igreja e as mulheres ficam atrás, atrás de uma tela. (Referindo-se aos maronitas.). Toda comunidade transplantada sente a necessidade de preservar seu lugar de origem e da manutenção dos laços entre seus diferentes membros. Os clubes e a imprensa são instrumentos privilegiados e com este objetivo, todas as comunidades tiveram sua imprensa no Brasil.

No caso da imprensa árabe, ela atendia também a outras finalidades pois que representava o prolongamento do Renascimento árabe que tinha, por objetivo libertar a pátria natal e promover um projeto de civilização. Para isso, tinha que lutar contra as dores do exílio, o desencorajamento devido à distância, a dificuldade de divulgar a causa árabe no Ocidente e superar as lutas internas, entre outras coisas. Uma das seqüelas deixadas

pela dominação otomana foi a estrutura feudal baseada nas referências familiares do local de origem.

Outro exemplo de referência familiar foram os primeiros clubes criados no Brasil que tinham conotações locais: Clube Zahlé, Clube Homs, Clube Marjayun nomes de aldeias sírio-libanesas que recebiam oriundos dessas regiões.

Antes, porém, de conseguir abrir clubes e fundar jornais, esses imigrantes tiveram que desempenhar outros ofícios. Dentre estes ofícios há um ao qual eles se entregaram e sob cujo nome são conhecidos no mundo árabe: Ahl Al Kacha (as pessoas da caixa). É o nosso caixeiro viajante.

A presença da cultura libanesa é sentida no país não apenas na culinária, como na língua, que assimilou palavras do árabe, em hospitais e diversos outros setores. Entre personalidades de origem libanesa destacam-se médicos, políticos, governadores, escritores, linguistas, publicitários, etc. Todas as palavras do português iniciadas com as letras "AL" são de origem árabe, com raras exceções.

Quanto a filiação religiosa há poucas informações nos censos, porque o item sobre religião não discriminava quanto à nacionalidade. É uma lacuna lamentável, pois entre os sírios e libaneses a filiação religiosa confunde-se com a nacionalidade. No Brasil a religião da pessoa na colônia determina muitas vezes, a sua participação nas organizações culturais, sociais e políticas. A religião é ainda, uma das grandes forças divisórias entre os sírios e os libaneses.

A grande maioria de sírios e libaneses residentes no Brasil é cristã e os dois principais ritos entre eles são os maronitas (maioria libanesa) e os grego-ortodoxos (maioria síria).

Como grupo minoritário, os muçulmanos, no Brasil, não participa plenamente da vida na colônia; como não tiveram o êxito financeiro dos cristãos, ocupam uma posição inferior na escala social.

Os Mascates

Por que sendo os sírios e libaneses agricultores em seus países de origem, se dedicaram à mascateação? Por causa das diferenças da estrutura agrária do Oriente Médio e do Brasil: os sírios e libaneses em seus países pertenciam à famílias de agricultores proprietários de pequenos lotes que trabalhavam em conjunto. No Brasil o sistema era de grandes lavouras, e o fato de virem só e sem recurso os impediam de se estabelecerem como proprietários. Além disso, o fato de terem de se empregar como colonos não os agradavam principalmente porque visavam lucros em curto prazo. É provável, também, que alguns imigrantes tivessem familiaridade com ofícios ligados ao artesanato em seu país de origem. Ou, ainda, que o comércio fosse uma atividade relativamente familiar para estes imigrantes, posto que seus países foram rotas obrigatórias de comércio entre o ocidente e o oriente.

Desde os tempos coloniais até quase os fins do século XIX, o mascate e o ambulante "de valia" eram portugueses. Depois veio a época dos italianos. Mais tarde os sírios. (BACKHEUSER, 1944)

Nessa época (2ª metade do século XIX), eram os [...] italianos que exerciam esta atividade. [...]. Os sírios, descobrindo por volta de 1885-1890 o Brasil, açambarcaram em breve grande parte do pequeno comércio. Mantinham entre si uma solidariedade íntima, que triunfou em toda concorrência. (DEFFONTAINES, 1947)

A denominação varia de acordo com a região. Assim: no Ceará os libaneses e sírios são chamados de Galegos, herdado dos portugueses como comerciantes exóticos. No Pará o árabe é conhecido pelo termo tequete, devido ao uso da matraca. No Ceará, Maranhão e Pará – eram conhecidos como carcamanos; designação herdada dos italianos.

A atividade de mascate era um bom começo. Não exigia grande conhecimento da língua e tinha-se a certeza de que depois de um tempo relativamente curto era possível acumular algum capital; o que não acontecia com os colonos e operários. A mascateação era também vista como um trabalho provisório, um estado de passagem necessário à acumulação do primeiro capital.

O mascate constituiu a única base possível de identidade coletiva de uma colônia fragmentada entre diferentes religiões e regiões de origem.

Os primeiros sírios e libaneses penetraram pelo interior com grande quantidade de mercadoria para mascatear. Como mascates e com muita habilidade para o comércio, e disposição para trabalhar, muitos deles percorreram todo o interior, com grandes malas de roupas, tecidos e outras utilidades do lar. Muitos descendentes ainda estão no batente, atrás dos balcões das lojas mais movimentadas da Rua 25 de Março, em São Paulo.

Mascate não andava pelo interior sem ideal. Em suas andanças sonhava com um grande armazém com prateleiras sortidas e balcões com vários empregados atarefados em atender aos clientes, e até quem sabe com um escritório bem montado de onde poderia gerir seus negócios. Muitos desses mascates tiveram seus sonhos realizados à custa de muito sacrifício e obstinação.

No país escolhido, os árabes enfrentavam a barreira lingüística e cultural e por estas serem tão diferentes das dos outros imigrantes, algumas vezes eles eram alvos de preconceitos.

O espírito de aventura levou muitos comerciantes, depois de possuírem o capital necessário, a estabelecerem indústrias de toda espécie, tais como fiação e tecelagem de algodão e seda. Os comerciantes do interior começaram a se dedicar à lavoura, comprando fazendas formadas e formando novas lavouras.

O fato dos mascates não conhecerem a língua portuguesa foi uma grande desvantagem. Muitos eram analfabetos, mas não destituídos de cultura. “O analfabeto sírio ou libanês aprendido muita coisa de ouvido; aprendeu aritmética pelo cálculo mental; estudou história escutando

narrativas dos saraus concorridos das noites de inverno; adquiriu os seus conhecimentos sociais decorando e expondo as dezenas, e em alguns casos centenas, de provérbios de um povo de tradições milenares.”

Para elucidar, registramos aqui a história de um comerciante paulista (escrita da época).

Disse ele: “O meu pae estava formando uma fazenda em Jahú. No segundo anno escasseou-lhe o dinheiro e elle tinha de esperar ainda dois annos para tirar a primeira colhetinha. Um belo dia appareceu na fazenda um mascate (e não sei se foi syrio ou libanez), de nome, Antonio Mussi. Este offereceu a sua mercadoria, tecidos e armarinho. Meu pae disse categoricamente que não comprava. Mas o mascate não é tão molle para ceder á primeira resposta negativa. Insistiu. Papae revelou-lhe a causa: não podia comprar porque não tinha dinheiro. O Antonio respondeu: não é preciso pagar agora. Mas, redarguiu papae, nem depois posso lhe pagar, porque a primeira safra é daqui a dois annos. O Mussi, com aquele amor ao trabalho e ardente proposito de produzir, disse: “Senhor, paga quando pode”. A luta entre o mascate e o fazendeiro terminou com a victoria do primeiro; papae comprou e, cedendo à insistência do Antonio, chamou todos os colonos. A fazenda foi sortida de tudo, inclusive uma machina de costura, cousa não muito commum naquella epoca. O Antonio Mussi voltava á fazenda de quatro em quatro mezes, não para fazer cobrança, mas para ver o que faltava. Agora, sabe quando foi paga aquella conta? Dois annos mais tarde, depois de vendida a primeira safra. Meu amigo, não foi o americano que inventou a venda a prestações muito folgadas. O americano vende com reserva de dominio e a prestações consecutivas de curto intervallo; mas o Antonio Mussi e seus collegas vendiam a dois annos de prazo e sem reserva de dominio. Quantas fazendas não tiveram o seu Antonio Mussi como a fazenda do meu pae teve o seu!”

Do Comércio de Varejo/Atacado para a Indústria

O comércio ambulante, tão rudimentar na colônia, foi tomando vulto com a melhoria dos meios de comunicação, servindo as picadas dos

tropeiros e dos mascates para traçar novos caminhos de penetração. A exemplo das bandeiras, os vendedores ambulantes favoreceram a criação de núcleos urbanos, o florescimento de pequenas culturas e a introdução de novos objetos de uso pessoal e doméstico nas regiões mais afastadas.

Vinte anos depois, já conheciam grande parte do Brasil, e assim sendo, passaram para o comércio de varejo, depois para o comércio de atacado e finalmente para a indústria. Diferente de outras correntes imigratórias, a libanesa não se restringiu a uma área específica, mas predominou nos grandes centros urbanos. Isso se explica também por suas atividades econômicas exercidas, pois como comerciantes buscavam novos mercados e melhores oportunidades.

Durante os primeiros anos de 1900, três eram os centros de atração, no Brasil, para o imigrante: Amazônia, Rio de Janeiro e São Paulo. A Amazônia, porque o ciclo da borracha levou o progresso para a região. Nas principais cidades da bacia amazônica, cresceram colônias comerciais de sírios e libaneses. Fizeram fortunas e os antigos mascates, agora ricos, mudavam-se para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Com a decadência da borracha, viraram seus olhos para o estado de São Paulo, uma vez que sua economia estava se expandindo devido à florescente lavoura cafeeira e ao crescimento da rede ferroviária. Em Minas Gerais, formaram uma rede de lojas de varejo e assim, em pouco tempo, dominaram o comércio da região de Minas Gerais.

À medida que aumentavam seu capital, muitos mudaram-se para São Paulo para viver entre os compatriotas já estabelecidos e assim participar da vida cultural e social, fundaram clubes, hospitais e centros culturais. Outros vinham para educar os filhos e outros vinham forçados pelas mães, que queriam ver seus filhos casados com jovens do mesmo grupo étnico.

A tendência do período entre 1920 e 1940 foi a contínua concentração de sírios e libaneses em São Paulo. Quase metade (49,3%) dos sírios e libaneses residentes no Brasil viviam em São Paulo.

O almanaque de 1893 para o Estado de São Paulo (Completo Almanach, Administrativo Commercial e Profissional do Estado de São

Paulo para 1895 - São Paulo, Ed. Companhia Industrial, 1895), é o primeiro a conter dados sobre a presença de sírios e libaneses na região da rua 25 de Março, registrando seis casas de armarinhos sírios e libaneses e uma mercearia. Estavam começando a emergir da mascateagem para o comércio varejista. Em 1901, o número de companhias sírias e libaneses inscritas no Almanaque subiu para mais de 500. No Brasil, muitos libaneses e descendentes fizeram fortuna e alcançaram notoriedade.

De Mascates a Doutores

A sequência “voltar para casar/casar entre primos/casar no clube” associada à sucessivas gerações indica que para os ricos a mistura com nativos ou com outras etnias de imigrantes se processou mais lentamente do que para o restante da colônia. Para esta última, o casamento fora da colônia aconteceu antes, muito provavelmente porque aí estiveram menos presentes as preocupações e pressões de uma vida social mais intensa. No dizer simplório de um entrevistado: “Pobre não tem muito este negócio de convivência social com a colônia.”

À medida que o século XX avançava, na sociedade paulista a imagem de homens dedicados ao comércio sobrepôs-se ao exotismo anteriormente associado aos costumes das populações orientais. Os sírios e libaneses penetraram em todos os patamares da estrutura comercial da cidade, especializando-se naqueles ramos que atingiam diretamente o consumo popular.

Os patrícios vendedores ambulantes tinham que vender mais barato para pegar mais mercadorias; eles não podiam ficar carregando muita mercadoria de um lado para outro, sem vendê-las.

A imigração sírio e libanesa, por ter sido provocada em parte por uma situação de conflitos incessantes, que sempre beiraram a guerra civil, compreendeu também a vinda de famílias bem posicionadas econômica e culturalmente. Isto é interessante porque se transplanta também uma miniestrutura social à imagem e semelhança da sociedade de origem,

incluindo-se aí famílias cujos membros já tinham uma formação profissional definida. Estes profissionais liberais constituíam outra alternativa de ascensão sócio-econômica trilhada com êxito por uma parcela significativa da colônia.

Sírios e libaneses, ainda nos seus países de origem, investiram com vigor na educação formal de seus filhos fazendo-os estudarem nas instituições de ensino fundadas por missões estrangeiras, sobretudo no Líbano, tais como a UAB - Universidade Americana de Beirute (conhecida antes da 1ª guerra como Colégio Protestante Sírio), com estágios na Europa e Estados Unidos; e a Universidade São José dirigida por jesuítas franceses.

Tendo como carro chefe os cursos de Medicina e de Ciências e Letras, a Universidade Americana de Beirute formou profissionais altamente competentes que mais tarde emigraram para as Américas. Estes profissionais estavam mais capacitados que aqueles formados pela Universidade de Damasco, na Síria. Isto porque os cursos na Universidade Americana de Beirute eram ministrados em inglês desde 1822 e seus alunos aprendiam também o francês, o árabe e o turco, ao passo que na Universidade de Damasco os cursos eram ministrados em árabe.

A Universidade Americana de Beirute era tão importante para os libaneses que em 1922, seus ex-alunos no Brasil, fundaram a Associação de Ex-alunos da Universidade Americana de Beirute. O número de sócios em São Paulo era de aproximadamente 70 de um total de 100 em todo o país.

Do pequeno comércio às profissões liberais a repetição das carreiras passou por dois níveis consideráveis: 1º a família nuclear (pessoas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos); 2º aquele em que atua a família ampliada (grupo de indivíduos que professam o mesmo credo, têm os mesmos interesses, a mesma profissão e são do mesmo lugar de origem).

A história social da colônia árabe evidencia a conquista de um setor comercial importante na São Paulo das primeiras décadas do século e com isso a entrada maciça dos filhos de imigrantes no mercado de profissionais

liberais. Em 1991, o Conselho Deliberativo do Hospital das Clínicas composto por cinco titulares, contava com quatro descendentes da colônia sírio-libanesa.

Foram esses imigrantes sírios e libaneses cada vez melhor situados no ranking dos profissionais liberais que revolucionaram a sociedade paulista introduzindo, já no início do século e com mais força após 1930, uma gama bastante extensa e diferenciada de posições intermediárias na estrutura social urbana, deixando de lado uma sociedade agrária em declínio.

A Educação

A educação tem sido, talvez, um dos canais mais importantes de mobilidade pelos quais os sírios e libaneses têm subido na escala social. Durante o século XIX a competição entre as doutrinas religiosas levou à instauração de sistemas escolares que abrangiam quase todas as aldeias cristãs do Líbano e da Síria.

Ao chegar ao Brasil, os imigrantes encontraram poucas escolas públicas. Nos primeiros anos do século XX, um padre maronita, da colônia, abriu uma escola elementar onde as aulas eram dadas em árabe. Pouco antes da primeira guerra mundial, havia três ou quatro escolas primárias fundadas e mantidas por sírios e libaneses. Fecharam por volta de 1930, só restando uma. Até a primeira metade de 1950 ela ainda existia embora estivesse diminuindo o auxílio da colônia. Tornou-se escola particular como as outras, talvez com maior número de estudantes de origem sírio-libanesa.

A Política

Na atividade política muitos sírios e libaneses encontraram um canal de mobilidade social e firmaram sua posição como profissionais liberais. O ingresso dos sírios e libaneses na política só se deu depois de 1930 quando já tinham se tornado uma força econômica de expressão. Apesar

de serem solidários uns com os outros dentro da colônia, na política a colônia não forma um bloco coeso.

Concluindo, pode-se dizer que em pouco mais de 50 anos, os sírios e libaneses elevaram-se de seu estado primitivo de imigrantes mascates a uma posição de relêvo como um dos mais poderosos e influentes grupos étnicos da cidade de São Paulo, consolidados na indústria e no comércio.

Referências

BACKHEUSER, Everaldo. Comércio Ambulante e Ocupações de Rua no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v.1, 1944

DEFFONTAINES, Pierre. Os indivíduos - Tipos do Brasil. *Boletim Geográfico* n. 50, 1947

Disponível em: http://www.familyd.net/libano/libano_brasil_1.asp Acesso em: 03 de out. 2011

Transformações Culturais

A grande maioria dos imigrantes libaneses do Brasil veio de aldeias rurais. Cada aldeia é uma comunidade bem definida, habitada por lavradores identificados com ela. Esses lavradores tinham pouca noção de unidades administrativas como região, província e nação. O que valia era a família e a igreja. Estas duas instituições preenchiam a maioria das necessidades do indivíduo.

Entre os habitantes das aldeias havia 3 grupos familiares patriarcais.

1º grupo-família conjugal (casal e filhos).

2º grupo-família grande que consiste em três gerações: filho, pai e avô. O chefe é o avô; é o patriarca. Moram todos na mesma casa. A família é patriarcal.

3º grupo-família da aldeia; é o grupo de parentes, abrangendo todas as grandes famílias que se dizem descendentes de um antepassado paterno comum. O grupo de parentes geralmente reside num bairro específico da aldeia.

Tanto na Síria quanto no Líbano, a religião equivale à nacionalidade. Cada grupo religioso é considerado uma comunidade separada dentro da estrutura do Estado. O chefe de cada igreja exerce algumas funções civis além de controlar as atividades religiosas. Geralmente os habitantes de uma aldeia pertencem a uma igreja específica. As aldeias são classificadas como muçulmanas, maronitas, drusas ou grego-ortodoxas. O vigário da aldeia é o "inman". Dentro das aldeias grego-ortodoxas, a igreja é perfeitamente estável, autônoma e totalmente integrada, em todos os aspectos da vida do povoado. Em São Paulo, a grande maioria dos sírios e libaneses pertencem a três doutrinas cristãs: o grego-ortodoxa, o maronita e o católica-romana (estariam aqui os melquitas – o autor classifica os melquitas

como grupos menores juntamente com os presbiterianos, judeus, muçulmanos e outros).

A língua da igreja é o árabe. Durante os serviços religiosos os dois sexos são segregados. Os homens ocupam a parte anterior da igreja e as mulheres ficam atrás, atrás de uma tela. (Referindo-se aos maronitas.).

O quadro abaixo exemplifica algumas das transformações

Quanto à família
Embora a imigração tivesse debilitado tanto a família grande como o sistema de parentelas, ambos desempenharam papéis de relevo no processo migratório e no ajustamento do imigrante individual no Brasil. Os que desejaram emigrar recebiam uma ajuda financeira e sua família, que ficava, era tutelada pelos parentes. Com o tempo, e a melhora na situação financeira, a família também emigrava. O contínuo movimento migratório levou ao enfraquecimento do grupo familiar no país de origem e a conseqüente perda de influência dentro de sua aldeia. Os laços de parentesco no Brasil permaneceram fortes durante anos, porém, a tendência atual (1950), é para o enfraquecimento. Este enfraquecimento pode ter suas causas na dispersão do clã por vários Estados e também porque atualmente o casamento não se faz somente dentro dos membros da comunidade. A família conjugal tornou-se a unidade de parentesco mais importante no Brasil e sua estrutura ainda é fortemente patriarcal.
Quanto à igreja
Tanto a Greco-Ortodoxa quanto à maronita apesar de terem sido trazidas pelos imigrantes, foram incapazes de reter seus membros ou sua posição no Brasil. Com a dispersão dos imigrantes por vários Estados e cidades do interior, muitos deles se tornaram católicos, pois não havia outras igrejas nas suas cidades. Foi somente nas grandes cidades que se formaram congregações de greco-ortodoxos ou maronitas.

Continua.

Continuação...

Quanto à Organização da Comunidade

À medida que a comunidade sírio-libanesa crescia, organizaram-se várias associações para desempenhar funções que em seus países de origem eram tarefas da família ou da aldeia.

Essas funções têm sido cuidar dos necessitados, sustentar a igreja, desenvolver atividades culturais e intelectuais, dar um senso de unidade à colônia e representá-la na sociedade local, além de manter clínicas, hospitais, orfanatos e asilos.

Quanto à língua

Houve pouca resistência entre os árabes em substituir o árabe pelo português devido à natureza de seus negócios, apesar das tentativas em manter a língua de origem. Muitas das primeiras escolas da colônia usaram o árabe como língua de instrução.

Por volta de 1930 o governo brasileiro proibiu o uso de língua estrangeira nos estabelecimentos de ensino e na imprensa.

Os imigrantes sírios e libaneses trabalharam muito para alcançarem uma posição social, financeira e cultural no Brasil e seu ajustamento no país está se processando lentamente mas com uma certa facilidade.

Conclusões

1 - A grande maioria dos imigrantes sírios e libaneses no Brasil tem origem na pequena minoria cristã do Oriente Médio.

2 - A maioria emigrou por motivos econômicos, apesar de muitos terem vindo para fugir de uma situação de perseguição religiosa numa sociedade predominantemente islâmica.

3 - Deixaram a Síria e o Líbano para escapar da pobreza e acumular dinheiro para um dia retornar.

4 - 1871 é a data de entrada dos primeiros imigrantes. A onda migratória cresceu no princípio do século XX. Muitos vieram para o Brasil porque não conseguiram entrar nos Estados Unidos.

5 - Poucos anos após o desembarque (1871) os sírios e libaneses penetraram no interior do Brasil como mascates e depois se estabeleceram em pequenas cidades, com suas lojas.

6 - Houve três centros de atração:

a) Amazônia no período áureo da borracha - mais ou menos 1900.

b) a cidade de São Paulo, em região perto do centro comercial onde os aluguéis eram mais baixos. Depois da 1ª Guerra procuram outros bairros como o Ipiranga e a região da av. Paulista.

c) zona agrícola do sul de Minas Gerais.

7 - A mascateagem foi o meio usado pelo imigrante para juntar capital.

8 - Após a 2ª Guerra Mundial operou-se um movimento regular do capital sírio e libanês para a indústria pesada, mineração, construção civil e bancos.

9 - Em pouco mais de meio século os sírios e libaneses passaram de sua primitiva posição de grupo pobre de imigrantes para um dos mais importantes grupos do comércio, indústria, política e economia do país.

O Papel dos Imigrantes Árabes no Desenvolvimento

A emigração de sírios e libaneses, iniciou-se por volta de 1850 e cresceu depois de 1860. Este processo continuou depois que, em 1877, D. Pedro II visitou a Síria, o Líbano e a Palestina.

As duas guerras mundiais, as crises econômicas do período, a falta de trabalho e problemas internos dos países foram os motivos da emigração mais recente.

Todos que aqui chegavam eram chamados de “turcos” talvez em decorrência do longo período de dominação otomana a que foram submetidos. Mais tarde, tiveram suas nacionalidades resgatadas.

Esses imigrantes iniciaram sua vida no Brasil como mascates nas pequenas cidades do interior e nas fazendas. Depois, se estabeleceram com pequenas “vendas” que evoluíram para uma grande loja e esta em indústria.

O imigrante se estabelece, cria família, se mescla com a população local e passa a viver o cotidiano dos brasileiros tomando-lhes os hábitos, mas também, conservando suas tradições.

São várias as causas que levaram os árabes a emigrar. Entre elas, destaca-se a intolerância política dos otomanos, a pobreza do país gerada pela economia insustentável, a incapacidade de alcançar um alto nível educacional e a falta de oportunidade de trabalho em seu país de origem. Além da perseguição religiosa e sectária que envolveu o Oriente Médio.

Se por um lado a emigração foi um mal necessário para a população e para o país que viu sua força de trabalho emigrar, por outro este êxodo representou um alento para o futuro dos que lá ficaram. Os imigrantes

transferiram, para o seu país de origem, grandes somas em dinheiro, o que representa um apoio econômico de grande valia para o país.

A partir de 1974 essas remessas se multiplicaram devido à guerra civil e ao conseqüente empobrecimento dos familiares dos imigrantes.

A presença árabe na América Latina representa uma força para os interesses e relações comerciais e políticas com os países deste continente, em especial para o Brasil, que é o motivo do nosso estudo.

Os imigrantes que se estabeleceram nas capitais, atuaram na indústria, no comércio e no mercado de capitais, acompanhando o progresso e a evolução do país. O imigrante árabe representou um importante papel na distribuição da produção industrial e sua comercialização pelo interior do país, usando métodos peculiares de venda, de casa em casa.

Por volta de 1930 o industrial árabe dominava o ramo da indústria têxtil com 50% desse mercado. Foi o imigrante árabe que trouxe para o Brasil novas técnicas da industrialização do algodão, da lã e da seda, pois foram pioneiros neste segmento. Esse domínio durou até o término da segunda guerra mundial quando então apareceram os fios sintéticos aqui introduzidos pelos alemães e japoneses.

Diante destes fatos, os árabes viram-se obrigados a voltarem-se para outros ramos da indústria, tais como: de plástico, de ferro, de papel, de construção, de móveis. Muitas das antigas indústrias enfraqueceram e desapareceram por não acompanharem o desenvolvimento industrial moderno. Grandes fortunas foram perdidas. Porém, novos elementos surgiram na colônia e conseguiram penetrar em outros setores da economia, tais como: setor hoteleiro, cafeeiro, do cacau, pecuarista, imobiliário, etc.

Distribuição quanto à economia
1900 a 1935
70% dedicavam-se ao comércio
10% dedicavam-se à indústria
5% dedicavam-se à agricultura
5% dedicavam-se à construção civil
5% dedicavam-se aos serviços de relações públicas.
1935 a 1960
60% dedicavam-se ao comércio
20% dedicavam-se à indústria
7% dedicavam-se à agricultura.

Quanto aos novos imigrantes árabes, eles seguem a mesma diretriz dos antigos. Porém, não exercem a atividade de mascate porque o comércio passou a contar com modernos métodos mercadológicos, como: setor hoteleiro, cafeeiro, do cacau, pecuarista, imobiliário, etc.

Referências

BRASIL. Embaixada do Líbano. *O Líbano*. Disponível em: http://www.libano.org.br/olibano_hist_migracao.html Acesso em: 05 de maio 2011.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910 -1940)*. Vitória: Instituto Jones Santos Neves, 1987.

CHALLITA, Mansour. *Este é o Líbano*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, 1976.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980

Das Civilizações à Imigração Libanesa

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

KHATLAB, Roberto. *Mahjar, saga libanesa no Brasil*. Beirute: Mokhtarat, 2002.

KURBAN, Taufik. *Os syrios e os libanezes no Brasil*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, [1949?].

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LIBANO VIVO. *O Líbano*. Disponível em: <http://www.libanovivo.org/o-libano>. Acesso em: 18 de jun. 2011.

SAFADY, Jamil. *Panorama da Imigração árabe*. São Paulo: Safady, 1972.

SOCIEDADE LIBANESA DE PORTO ALEGRE. *O Líbano*. Disponível em: http://www.sociedadelibanesa.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=14. Acesso em: 14 de nov. 2010.

TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. Brasília: Sumaré, 1991.

WIKIPÉDIA. Líbano. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%Adbano>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

ZEGUIDOUR, Slimaine. *A Poesia árabe moderna e o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

História Antiga e Medieval

Da Pré-História aos Fenícios

O Oriente Médio é o berço da humanidade. De lá fluíram conhecimentos sobre agricultura, domesticação de animais, a roda, a invenção da escrita (cuneiforme e hieróglifos), a irrigação, os primeiros códigos e grandes contribuições para a arquitetura. Por volta de 3.000 a.C. o litoral do Levante - Líbano, a Síria e a Palestina - era habitado pelos Cananeus, povo de origem semita. Assim, as primeiras referências ao Líbano, pelo seu nome, datam do terceiro milênio. Os cananeus vieram da Península Arábica pelo Bekaa, como beduínos. Mais tarde, os gregos chamaram-nos de fenícios - phoinix -, que significa vermelho púrpura nos tecidos, a mais importante indústria dos fenícios. As cidades organizaram-se próximas do litoral e os fenícios caracterizaram-se como excelentes comerciantes. Cada cidade era independente social, política e economicamente - as chamadas cidades-estado. Biblos e Arado (no norte), Sidon e Tiro (no sul) foram as cidades mais famosas. Alternadamente, Tiro e Sidon exerceram supremacia sobre as outras.

Devido à sua localização privilegiada o Líbano sempre foi muito cobiçado. “A história do Líbano é ao mesmo tempo, um desfile de conquistadores e um desfile de civilizações, ou seja, a lenta formação de um sedimento de experiência e de sabedoria raramente igualado no mundo” (CHALITA, 1976, p.57). Do século XVII a.C. a XIII a.C. a Fenícia manteve relações comerciais com o Egito. Da cidade de Biblos exportava-se vinho, azeite e madeira. Importava-se, em contrapartida, ouro, papiro e metais. No século XIV a.C. os hititas vieram do norte e invadiram a região. Depois vieram os arameus, os hebreus e os filisteus. Nesta época apareceram os primeiros documentos de escrita alfabética de Ugarit. Em

1200 a.C. começa o domínio fenício. De 1200 a 900 a.C. foi a idade de ouro da Fenícia, tendo grande destaque as cidades de Arado, Trípoli, Jebail, Berito, Sidon e Tiro. Os fenícios estabeleceram colônias por todo o Mediterrâneo. Cartago, fundada em 814 a.C., significa “Cidade Nova”. Instalados na costa do atual Líbano, os fenícios tornaram-se navegantes e comerciantes. Trocavam seus produtos, principalmente púrpura e perfumes, com os outros povos do Mediterrâneo. Dedicaram suas terras à agricultura, em patamares ao longo das vertentes do Monte Líbano. Abriram estradas e exploraram os bosques. Desenvolveram a técnica do fabrico de vidro, base de seu intenso e importante comércio, e ainda praticaram as artes como a das jóias e moedas. Porém, a mais importante contribuição dos fenícios para a humanidade foi a criação do alfabeto. No comércio, introduziram a oliveira e seus subprodutos na Grécia, África do Norte, Itália e Península Ibérica. Da Espanha traziam prata, ferro, estanho e chumbo; do Egito, linho; da Arábia, cordeiros e cabras. A economia fenícia, após viver da agricultura, da pesca e do comércio exterior, estendeu-se para a indústria, alcançando superioridade na manufatura dos têxteis (a fiação e a tecelagem eram exercidas em casa) e na tinturaria de púrpura.

As Invasões

Segundo Mansour Challita, uma palavra resume a história do Oriente Médio até o fim do século XII: um desfile de civilizações. O quadro ao lado resume esta trajetória:

Invasões

Assírios: Séc. IX a VII a.C.

No século IX os assírios, comandados por Assurbanipal II, cujas origens se perderam na pré-história, desenvolveram-se nas margens do rio Tigre, na planície hoje ocupada pelo Iraque, chegaram à Fenícia vindos da região do atual Iraque, e a dominaram. A dominação assíria foi dura e forte e os fenícios tentaram resistir ao preço de pesados tributos. Porém, sempre que a dominação se tornava tirânica demais, rebelavam-se. A primeira cidade a se rebelar foi Tiro, com a ajuda dos egípcios, mas os assírios derrotaram os egípcios e o monarca de Tiro teve que se refugiar em Chipre. Sidon foi outra cidade que se rebelou. Mas, no ano de 675 a.C. foi derrotada e destruída.

Babilônios: Séc. VII a VI a.C.

A civilização babilônica foi a primeira do mundo a por a alegria de viver acima da glória militar. A mulher era a mais emancipada do Oriente, e mandava no coração dos homens. As cidades de Tiro, Sidon, Edon e Moab, Amon e Judá se uniram para combater os babilônios. Os longos anos de dominação babilônica fizeram com que os fenícios perdessem sua supremacia comercial, sendo substituídos no mar pelos gregos e cartagineses (de Cartago, antiga colônia fenícia) e, em terra, pelos comerciantes arameus.

Persas: Séc. VI a.C. a IV a.C.

Ciro, fundador do Império Persa, conquistou a Babilônia. Por conseguinte, a Fenícia passou para o domínio persa. Dario I dividiu seu império em satrapias, sendo que a quinta abrangia a Fenícia, a Síria, a Palestina e Chipre; Sidon foi escolhida para ser a capital. As cidades-estado continuaram com sua autonomia, conservaram seus reis e suas moedas. Por possuírem excelente frota naval, os fenícios colaboraram com os persas em seus empreendimentos militares. Participaram da guerra contra os gregos, em 480 a.C. Em 360 a.C. a cidade de Sidon se revoltou contra o domínio persa e a rebelião fez com que a cidade fosse dizimada.

Continua.

Continuação...

Gregos: Séc. IV a.C. a I d.C.

Dario III foi derrotado por Alexandre da Macedônia em Isso, ao norte da Síria. Após invadir Damasco, Alexandre seguiu pelo litoral, e as cidades fenícias foram-lhe abrindo as portas. Somente a cidade de Tiro recusou-se a ser subjugada. Alexandre, decidido a conquistar Tiro de qualquer maneira, cooptou Sidon, Biblos e Arado para auxiliá-lo. Após resistir heroicamente por sete meses, Tiro foi invadida e seus habitantes mortos. O período de dominação grega terminou com a morte de Alexandre. Seu império foi dividido entre seus capitães Ptolomeu e Seleuco. Seleuco dominou a região da Fenícia e formou o reino dos selêucidas. Durante este período de dominação, os fenícios colaboraram com os gregos/selêucidas a ponto do grego se tornar uma segunda língua e de vários comerciantes se transferirem para a região da Ática.

Quando o poder dos selêucidas entrou em declínio, as cidades de Arado, Tiro, Sidon, Biblos, Berito e Trípoli readquiriram sua independência e voltaram a cunhar suas moedas, tendo inclusive, inscrições bilíngues e a efígie dos selêucidas.

Romanos: Séc. I a.C. a IV d.C.

Pompeu conquistou o Oriente Médio em 63 a.C., incorporou a Síria, a Antioquia, a Palestina e a Fenícia (embora as principais cidades fenícias mantivessem seus governos e territórios). As montanhas, até então inabitadas, começaram a ter vilas e templos romanos.

Com Teodósio II (401-405) foi proclamada a Phoenicia Libanesa (Líbano), tendo como capital Emessa. Abrangia Heliópolis (Baalbek), Damasco e Palmira e a Phoenicia Prima (ou Marítima), cuja capital era Tiro e abrangia Sidon, Berito, Biblos, Trípoli, Acra e Arado.

A língua fenícia desapareceu, dando lugar ao aramaico (a língua do povo), ao grego (língua da cultura e do comércio) e ao latim (falado pelos soldados e funcionários públicos).

Continua.

Continuação...

O Cristianismo, que nascera na Palestina, rapidamente se espalhou para a Fenícia.

Cristo visitou Tiro e Sidon. Em Caná da Galiléia, Cristo fez seu milagre de transformar água em vinho.

Bizantinos: Séc IV a VII d.C

Constantino (306-337) transferiu a sede do Império Romano para Bizâncio e rebatizou-a de Constantinopla.

O Cristianismo intensificou sua penetração na Fenícia. No séc. IV, Berito já era considerada católica. Os deuses fenícios (Melkart, Hadad, Ashtart e Afqah) foram abandonados. Entre 551 e 555 uma sucessão de terremotos abalou a costa fenícia, inclusive Berito e Baalbek.

Omíadas e Abássidas: Séc VII- XI d.C.

Dois anos após a morte de Maomé, seus exércitos deram início à expansão muçulmana. Comandados por Yazid Ibn Sufian e por Omar Ibn Al-Ass, contavam com um exército de 23.000 combatentes. Rapidamente dominaram Damasco (635), Hama, Beirute, Sidon, Tiro, Jerusalém (636), Alepo, Homs, Baalbek (637), Antioquia (638). Os persas e bizantinos, que dominavam a região, foram facilmente dominados pelos muçulmanos.

Em 661, a dinastia dos califas omíadas tomou o poder e instalou-se em Damasco, proclamando-a capital do novo império.

Na segunda metade do século VII os maronitas, vindos de Alepo, na Síria, se estabeleceram na região da Montanha, no Líbano, que permaneceu fora do alcance dos conquistadores. Este fato fez com que a Montanha se tornasse refúgio para os povos perseguidos e oprimidos de outras regiões, independentemente de suas religiões, raças ou ideologias, características que nunca mais a abandonaria.

Continua.

Continuação...

Em 750 a dinastia abássida tomou o poder e transferiu a capital de Damasco para Bagdá. Devido à intolerância política e aos altos tributos cobrados por essa dinastia, cresceu a emigração, para o Líbano, de cristãos, muçulmanos dissidentes (xiitas, ismaelitas, drusos) e dos grupos étnicos de persas e árabes que se estabeleceram no sul, assim como os maronitas haviam se estabelecidos no norte.

Desde essa época, o Líbano tem sido um mosaico de comunidades étnicas e religiosas diferentes. No século IX a dinastia abássida começou a perder sua autoridade dando lugar a dinastias locais.

Cruzados: Séc. XI a XIII

No século XI o Estado e a sociedade islâmicos demonstravam sinais de fraqueza interna: o império estava dividido em soberanias regionais autônomas e entrava em colapso sua estrutura política e administrativa, construída por Bizâncio e pelo Irã sassânida. Na religião, grandes segmentos da população seguiam seitas heréticas.

Durante o século XI e princípios do XII, a fraqueza do império ficou demonstrada com uma série de ataques inimigos vindos de todos os lados. Na Europa, os cristãos avançaram na Sicília e Espanha, arrancando territórios das mãos muçulmanas, em uma onda de reconquista cristã que culminou com a chegada dos cruzados no Oriente Próximo. Foi nesse período de fraqueza e desunião do mundo muçulmano que, em 1096, os cruzados chegaram ao Levante. Tinham como bandeira a “guerra santa”, isto é, libertar os Lugares Santos da Palestina, dominada pelos turcos, das mãos dos infieis muçulmanos, e como motivo, os maus tratos aí recebidos pelos peregrinos cristãos, já que nesta época eram frequentes as peregrinações à Terra Santa, realizadas em grupos ou individualmente por pessoas de todas as classes sociais. Esses peregrinos formavam um elo constante entre Ocidente e Oriente.

Continua.

Continuação...

Os cruzados, auxiliados pelos cristãos maronitas, que haviam se estabelecido em território libanês desde o século VII, dominaram e ocuparam a costa mediterrânea desde Antioquia até Jerusalém, passando por Trípoli, Batron, Beirute, Sidon e Tiro. Os Cruzados estabeleceram o Distrito de Trípoli e os feudos de Gibelet (atual Djebeil) e Batron que recebiam apoio da população cristã no norte do Líbano e eram protegidos por uma rede de fortalezas, sendo que a mais famosa é a ‘Hish al-Akrad’ (Crac des Chevaliers). No interior, os cruzados não tiveram a mesma sorte. Não conseguiram conquistar Aleppo, Hamas, Baalbek e Damasco.

Após a derrota dos cruzados, os libaneses, cristãos em sua maioria, que os haviam ajudado, sofreram as consequências. Tiro, protegida por muralhas não pode ser tomada. Por sua vez, Sidon rendeu-se e foi destruída. Beirute também se rendeu. Os cruzados, além de não conseguirem seus objetivos, deixaram um legado de ódio entre muçulmanos e cristãos.

As guerras que se seguiram trouxeram ruínas e destruição. Philip Hitti em seu livro ‘Lebanon in History’, dá-nos a seguinte visão de Sidon. “Em 1107, a cidade comprou sua imunidade dos Cruzados que a cercavam. Tomada por Balduíno I em 1111, desmantelada por Saladino em 1187, reconquistada pelos Cruzados em 1197, recapturada e destruída pelos muçulmanos no mesmo ano, reconstruída pelos francos em 1228, devastada de novo em 1249, tomada e restaurada mais uma vez por Luís IX em 1253, assolada pelos mongóis em 1260, passou definitivamente às mãos dos muçulmanos em 1291 sob Al-ashraf, que a arrasou.”

Em 1291, após muita luta, os cruzados foram definitivamente derrotados e expulsos pelo sultão mameluco Qalaum.

Continua.

Novas Invasões

Os mamelucos no Séc. XIV, Eram escravos turcos que o Egito havia comprado e incorporado aos seus exércitos. Dominaram o Egito e, depois dos cruzados, dominaram o Oriente Médio. No século XIV estavam no auge do seu poder. Dominaram a Síria, o Líbano e a Palestina então divididos em 6 províncias. Para evitar tentativas de rebeliões, dividem o Líbano entre 3 dessas províncias.

Como a situação econômica está estreitamente ligada à política do dominador, os mamelucos destróem os portos do Líbano, causando assim a paralização quase total do comércio com a Europa. A maneira irresponsável de governar desse povo, levou o império à anarquia, agravada pelas pestes, secas e terremotos e ao esfacelamento da sociedade.

Os golpes finais na dinastia vieram de fora. O primeiro, econômico, com o aparecimento dos portugueses nas águas do Oriente, ao abrir rotas marítimas diretas entre a Europa e a Índia. Os portugueses iniciaram a destruição sistemática de navios mercantis muçulmanos que navegavam no oceano Índico.

O segundo, militar. As relações entre os sultanatos mameluco e otomano deterioraram-se em fins do século XV. Entre 1485 1490 os dois Estados travaram uma guerra. Os mamelucos foram superados pelo exército otomano que, além de mais numeroso, havia adotado canhões e armas de fogo.

Os Tártaros: no Séc. XV, a região da Ásia - do centro para oeste - foi invadida por Tamerlão. Foi uma época de decadência para os reinos do Oriente. Tamerlão arruinou Alepo, Damasco e outras cidades da Síria. Apesar de seu vandalismo, no Líbano a Montanha manteve sua independência econômica, cultural e política, tornando-se um refúgio contra os invasores.

Referências

CHALLITA, Mansour. *Este é o Líbano*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, 1976.

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

ROUSSET, Paul. *História das Cruzadas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1980.

SALEM, Jean. *O Povo Libanês – Ensaio de Antropologia*. São Paulo: Ed. Van Grei, s.d.p.

Os Fenícios

Quem eram?

Um dos maiores enigmas da antiguidade, os fenícios sempre foram celebrados como habilidosos escribas que legaram ao Ocidente o moderno alfabeto, assim como os exímios navegadores que, tendo inventado a vela nos barcos, redefiniram os limites do mundo antigo. Além disso, foram os habilidosos artesãos cujas criações foram exaltadas até mesmo pelo poeta grego Homero, ao narrar o momento em que Aquiles recebe uma tigela de prata confeccionada pelos habitantes da cidade fenícia de Sidon, nos funerais de Patroclus.

Contudo, quem eram os fenícios, de fato? Além de suas raízes semitas, sua identidade étnica se mantém um mistério. O termo moderno Fenício é de origem grega, e deriva da palavra *phoinikes*, cujo significado refere-se à cor vermelho-púrpura associada ao tecido de cor púrpura confeccionado por esse povo. No entanto, a forma como eles próprios se denominavam ainda é desconhecida, sendo o termo Cananita o considerado mais plausível entre os estudiosos.

A questão a respeito da identidade étnica nos faz refletir sobre outra questão bastante relevante: teriam eles uma identidade nacional que uniria as suas cidades, formando um estado fenício coeso? Tiro, Biblos, Sidon e Arvad eram cidades muradas independentes, que raramente trabalhavam conjuntamente, salvo raras exceções. O Velho Testamento, ao se referir aos habitantes de tais cidades, não faz uma alusão à formação de tal estado. Assim, diferente dos vizinhos sírios ou palestinos, os fenícios podem ser considerados mais uma confederação de mercadores do que um país definido por limites territoriais. É possível afirmar, portanto, que

o comércio marítimo, e não o território, seria o fator de coesão capaz de defini-los.

Os fenícios podem ser considerados membros uma civilização perdida. Suas histórias, mitologias, possivelmente gravadas em papiros, desapareceram por causa da intervenção humana assim como de condições ambientais desfavoráveis para armazenamento. Assim, as fontes utilizadas na elaboração de uma história fenícia são basicamente: **a** - a Bíblia, mais especificamente o Antigo Testamento; **b** - os anais assírios; **c** - os autores gregos e latinos, como o já citado Homero, por exemplo; **d** - e as evidências arqueológicas.

O recorte temporal utilizado para a produção deste texto vai da Alta Idade do Bronze, por volta de 1200 a.C., até a chegada de Alexandre, o Grande às terras fenícias, em 333 a.C.



Rota dos povos fenícios

Fonte: http://www.libano.org.br/olibano_historia_fenicios.html

Acesso em: 03 de out. 2011

História e sociedade

O que hoje conhecemos como cultura fenícia já ocorria 3 mil anos antes de Cristo no Levante, região litorânea hoje dividida entre Líbano, Síria e Israel. Contudo, foi apenas por volta de 1100 a.C., após um período de colapso social em toda a região, que os fenícios surgiram como uma força cultural e política significativa.

Do século IX ao VI a.C., eles dominaram o mar Mediterrâneo, fundando mercados e colônias desde a ilha de Chipre, mais a leste, até o mar Egeu, Itália, África do Norte, e Espanha, a Oeste. Conseguiram enriquecer comercializando produtos como o azeite de oliva, o vinho, e principalmente a madeira dos cedros libaneses.

Cidades e comércio

Sob a forma de postos comerciais, cidades ou centros urbanos, os estabelecimentos fenícios compartilhavam características comuns. Salvo raras exceções, seus assentamentos eram pequenos e situados próximos a costas navegáveis, posto que, como grandes comerciantes, davam preferência a locais adjacentes a baías naturais, lagoas ou estuários.

O importante porto de Biblos, por exemplo, estava justamente localizado em uma pequena baía. Desse porto advêm as mais antigas informações a respeito dos fenícios, onde os arqueólogos encontraram evidências de ocupação desde 5000 a.C. Foi em Biblos que, por volta de 3000 a.C., as construções de pedra tomaram o lugar das que eram anteriormente feitas com madeira, e a cidade já se encontrava completamente formada com seus muros, templos e um cuidadoso sistema de drenagem.

Biblos perdeu, contudo, sua posição de mais importante cidade fenícia após a invasão dos Povos do Mar. Tal episódio aconteceu por volta de 1200 a.C. e marca o fim da Idade de Bronze. Os povos do mar eram tribos provenientes do norte que levaram as primeiras armas de ferro à Grécia. Depois, continuaram sua marcha rumo a Fenícia e a Palestina, que por sua vez, abrigava um grupo conhecido como filisteus. Muitas foram as

contribuições dos povos do mar aos fenícios, em especial a transmissão de técnicas de construção de barcos e de navegação. Um exemplo disso é o uso da quilha nas embarcações (um pesado pedaço de madeira fixado ao fundo da nau), que lhes permitiu navegar com grande precisão a despeito da direção e força dos ventos.



Cedro do Líbano. Árvore que foi muito utilizada no comércio fenício. Devido ao seu uso extensivo, é hoje rara na região.

Fonte: http://www.familyd.net/zoom/imagens_ampliadas.asp?img=../imagens/fenicios/cedro_libano_G.jpg. Acesso em: 03 de out. 2011

Na sucessão de Biblos, cidades mais jovens como Tiro e Sidon ganharam importância. Por volta de 1000 a.C. o rei Hiram, de Tiro, elevou a parte oriental do assentamento com a criação de um aterro artificial, transformando-a em um porto fortificado.

Em Ezequiel (Antigo Testamento, Ezequiel, capítulo 27: 8-25), encontramos comentários das atividades comerciais de Tiro por volta do século VII a.C. De acordo com tais relatos, Tiro mantinha relações comerciais com diferentes localidades da Anatólia, Palestina, Síria, Arábia, etc. De todos esses lugares, a cidade fenícia obtinha prata, ferro, estanho, bronze, marfim, ébano, escravos, cavalos, pérolas e linho em troca de produtos manufaturados.

Os fenícios produziam, aliás, muitos artigos luxuosos, dos quais o mais famoso era o tecido púrpura, somente usado pelas camadas mais privilegiadas da população. Tal uso restrito se deve ao complexo processo de tingimento que utilizava glândulas de milhares de moluscos chamados múrex para a produção de apenas uma peça. Dependendo da quantidade de líquido usada, e da quantidade de tempo em que o tecido era deixado ao sol, sua cor variava de um rosa suave a um forte tom de violeta.

A presença assíria e as inovações da navegação e engenharia

Os assírios adentraram na Fenícia por volta de 877 a.C. e lá permaneceram até 612 a.C. quando o Império Assírio foi destruído pelos babilônios.

No período em que ficaram sob tal controle, os fenícios tiveram seus territórios anexados ao império assírio que exigia um pagamento tributário, mas permitia, por sua vez, um governo livre do mando estrangeiro. Assim, a despeito da dominação assíria, as cidades fenícias continuaram a prosperar.

De acordo com o historiador grego Heródoto, após o declínio da presença assíria, o faraó egípcio Necho II, demandou aos navegadores fenícios uma viagem ao redor da África. A rota seguida deveria partir do Mar Morto, na direção sul em volta do Cabo da Boa Esperança para então retornar ao Mediterrâneo. A realização de um tipo de viagem como esta demonstra o alto grau de sofisticação nas técnicas de navegação fenícias, muito avançadas para a época. Também nesse período, com o auxílio de engenheiros fenícios, o mesmo faraó egípcio Necho II iniciou a construção de um canal que ligaria o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho. Completado após a morte do faraó, o canal continuou sendo utilizado até o século VIII d.C., quando o nível do mar baixou, fazendo com que a passagem ficasse lamacenta e impossibilitada de navegação. O atual canal de Suez, corresponde à referida obra de engenharia, e só foi reconstruído cerca de mil anos depois.

Da dominação persa à chegada do exército de Alexandre, o Grande

Por volta de 539 a.C. o governante persa Cyrus II conquistou a Babilônia e a Fenícia ficou sob seu controle. Contudo, tal episódio não teve graves consequências às cidades fenícias, acostumadas, ao longo de muito tempo, ao domínio estrangeiro, fosse ele egípcio, assírio, babilônio ou persa. Isso se deve, como já foi afirmado anteriormente, ao fato de que a força e prosperidade dessas cidades se encontrava principalmente no domínio do mar e do comércio no Mediterrâneo.

Quando as cidades gregas da Ásia Menor se rebelaram contra o governante persa Darius I iniciou-se uma série de guerras entre persas e gregos. Isso levou as cidades fenícias a exercerem compulsoriamente um papel de apoio aos persas. Foi assim que os fenícios cederam seus navios às batalhas, perdendo grande parte de sua frota e, conseqüentemente, o controle do mar.

Em 352 a.C., contudo, as cidades fenícias – lideradas por Sidon – decidiram se rebelar contra o controle persa. Artaxerxes, governante persa na época, reagiu rapidamente e marchou em direção a Sidon. Grande parte da cidade foi queimada e as outras cidades foram novamente incorporadas ao império Persa. Embora preservassem sua autonomia, os fenícios jamais foram capazes de recobrar o domínio marítimo no Mediterrâneo, que já contava agora com a presença grega e cartaginense.

Em 333 a.C. os persas, sob o comando de Darius III, foram derrotados na batalha de Issus pelo grego-macedônio Alexandre, o Grande. Todas as cidades fenícias abriram suas portas ao imperador, com exceção de Tiro. Um ano depois, Alexandre ordenou a construção de uma espécie de píer ligando Tiro à costa. Ao final da construção da obra, o exército de Alexandre teve acesso aos muros da cidade, que foi completamente derrotada.

Sob o comando de Alexandre e seus sucessores, as cidades fenícias se viram incapazes de recuperar sua antiga posição comercial e política. Os gregos se alojaram em grande número no território e a língua fenícia foi desaparecendo aos poucos. O comércio, antes realizado pelos fenícios passou as mãos dos egípcios, gregos e cartaginenses. Era o início de um novo período marcado pela chegada de Roma à região.

Artes e linguagem

No final da Idade do Bronze havia um grande amálgama de correntes artísticas na costa do Levante e suas proximidades. Daí a afirmação do historiador Donald Harden ao classificar a arte fenícia como uma arte de difícil compreensão. Em meio a influências egípcias, egéias e hititas, cabe-nos a pergunta do que pode ser denominado de fato fenício nessa mistura de estilos.

Muitas de suas obras desapareceram e as peças que sobreviveram nos dão apenas uma visão parcial da tradição artística fenícia, composta também por tecidos decorados e madeira talhada, que não resistiram à ação do tempo. Alguns achados na antiga cidade de Ugarit, são de particular relevância nesse caso. Peças em metal e marfim encontrados nesse sítio são absolutamente preciosos em qualquer estudo sobre a arte fenícia. Especificamente sobre o trabalho em marfim empreendido pelos fenícios, Donald Harden afirma:

Do que foi encontrado, pode-se concluir claramente que o artista fenício dominava o material que trabalhava e tinha sentido de composição, de modo que era capaz de meter uma cena complicada dentro de um pequeno espaço, sem dar a sensação de a ter forçado. Também o modo como modelava as figuras é excelente dada a dureza do marfim. Se os desenhos aparentemente religiosos tinham finalidade meramente decorativa e sem objetivo religioso é uma questão a que é muito difícil responder. Isso aplica-se não somente aos marfins mas também a outra arte fenícia, incluindo tigelas de metal gravado ou repuxado. (HARDEN, 1971, p. 190)

Quanto à linguagem e à escrita, é notória a contribuição fenícia na difusão do alfabeto. Eles foram os primeiros a compreender sua utilidade, já que se tratava de um processo de escrita cômodo e simples, que facilitava tanto as suas operações comerciais quanto a propagação do pensamento.

Sabe-se que o alfabeto fenício foi baseado no alfabeto semita, e a partir dele originou-se o alfabeto grego, bem como os alfabetos aramaico, hebraico e arábico. O alfabeto fenício não tem símbolos para representar sons de vogais; cada símbolo representa uma consoante. As vogais precisavam ser deduzidas no contexto da palavra.

O momento e o lugar da aparição do alfabeto tal como o conhecemos, ou seja, sob a forma de um sistema que permitia a transcrição mais rápida e mais fácil da linguagem oral, é ainda uma questão não resolvida. As teorias mais prováveis de sua criação datam da primeira metade do segundo milênio a.C. nas cidades de Ugarit, Tiro e Biblos.

Com suas 21 consoantes, o alfabeto fenício está bem documentado nos monumentos de Byblos, como o sarcófago de Ahiram. Já nessa época, a forma das letras estava fixa, assim como a posição horizontal da escrita. De acordo com evidências arqueológicas o alfabeto fenício se espalhou rapidamente além de suas fronteiras. Por volta do século IX a.C. ele havia sido adotado por uma variedade de línguas vizinhas, incluindo o Aramaico, Hebreu, Amonita, entre outras.

A expansão fenícia no Mediterrâneo levou à exportação do alfabeto, primeiramente para Ciprus e Creta em 900 a.C. e um século depois para o Mediterrâneo Ocidental, na Sardenha e no sul da Espanha. Contudo, seu impacto foi mais proeminente na cultura egípcia, na medida em que os fenícios foram os responsáveis pela introdução e a adoção do alfabeto grego, um fato confirmado pelo tamanho, forma e ordem das letras os primeiros escritos gregos.

Em posse de um alfabeto, os fenícios escreveram numerosas obras que, infelizmente, não chegaram até nós. Devemos, no entanto, mencionar aqui um dos poucos autores fenícios conhecidos hoje: Sakkunyaton, cuja obra, que trata de uma história fenícia, e foi traduzida para o grego por Filón de Biblos, no século I d.C.

Religião

Segundo o Antigo Testamento, quando (por volta de 966 a.C.) Salomão, filho do rei Davi, ocupou o trono hebreu, havia uma intenção de construir um templo em Jerusalém. Como não possuía homens e material, Salomão demandou a ajuda de Hiram, rei de Tiro na época, que lhe forneceu arquitetos e madeira de cedro para a construção do templo em troca de trigo, azeite e outros produtos agrícolas.

O templo de Salomão foi desenhado de acordo com parâmetros fenícios e pode-se conjecturar que sua descrição bíblica nos seria capaz de fornecer uma ideia dos templos fenícios. No que se refere mais especificamente à religião fenícia, existem três deuses principais designados, por vezes, com nomes diferentes.

El (chamado de Baal em Sidon) era o deus máximo do panteão fenício. Ele representava um deus-sol e muitas vezes aparecia sob a forma de um touro. Sua esposa era chamada Astarte (Baalat em Biblos), uma deusa-mãe habitante dos mares. E seu filho era chamado de Baal (Adonis, em Biblos), o deus das tempestades e montanhas.

A despeito da importância de El, Baal era o deus mais cultuado entre os fenícios. Sua adoração era também popular nas colônias fenícias, especialmente em Cártago. Acreditava-se que quando a neve das montanhas libanesas derretia e fazia com que a água dos rios ficasse mais limpa, era Baal que estava renascendo para dar lugar a grandes celebrações atuais entre os fenícios.

Suas cerimônias religiosas ocupavam templos, mas também eram realizadas a céu aberto. O sacrifício de ovelhas e crianças também eram manifestações importantes de sua religiosidade. No que se refere ao tratamento dispensado aos mortos, sabe-se que os fenícios enterravam-nos em túmulos escavados aos pés das montanhas próximas às cidades. Enquanto os homens eram enterrados com suas armas, as mulheres tinham consigo potes de cerâmica e outros ornamentos.

Referências

- HARDEN, Donald. *Os Fenícios*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971
- LARA PEINADO, Frederico. *Así vivían los Fenícios*. Madri: Anaya, 1990
- MARKOE, Glenn E. *Phoenicians*. Londres: British Museum Press, 2000
- REVISTA NATIONAL GEOGRAPHIC*. Quem foram os fenícios?, Out. 2004
- VÁRIOS AUTORES. *Phoenicians*. Milão: Bompiani, 1988
- WAGNER, Carlos G. *Los Fenícios*. Madri: Akal Ediciones, 1989
- Disponível em: http://pt.wikibooks.org/wiki/Civiliza%C3%A7%C3%B5es_da_Antiguidade/A_civiliza%C3%A7%C3%A3o_fen%C3%ADcia. Acesso em: 14 de nov. 2010.

História Moderna e Contemporânea

Ela contempla os últimos cinco séculos e nos remete para períodos conturbados, e dão continuidade a outra série de desafios em busca da tão desejada independência conquistada em 23 de maio de 1926, quando o Grande Líbano transformou-se em República Libanesa depois de ter estabelecido e promulgado democraticamente uma Constituição, adotando o regime parlamentar.

Enquanto isso, consideremos as três partes antecedentes.

Domínio Otomano (1516 - 1914)

O século XIII foi um século de invasões e lutas no Líbano e na Síria. Francos vindos do Ocidente e de Chipre, mongóis vindos da Ásia Central e mamelucos vindos do Egito disputaram o país durante um século. Os mamelucos, guerreiros intrépidos, venceram.

No período que se estende do século XI ao XIII as minorias muçulmanas e cristãs desejosas de viver fora das lutas do Oriente, se instalaram nas montanhas libanesas: os drusos nas partes meridionais e no monte Hermon; os xiitas no monte da Bekaa e no Kesrouan; os maronitas ao norte, no vale do Qadicha; as outras comunidades cristãs se espalharam pelos vales e montanhas, deixando assim ao Islã sunita as planícies do interior facilmente acessíveis e controláveis.

Em fins do século XIII eclode a revolta do Kesrouan. A rebelião foi rapidamente controlada e houve uma forte repressão seguida de massacres, destruição e deportações. Os xiitas deveriam abandonar o Kesrouan e os drusos se recolher no Chouf. Os maronitas, graças à maleabilidade de seus chefes aproveitando a ocasião, abandonaram os vales do norte do Líbano e se dirigiram para o Kesrouan sem a oposição dos mamelucos.

Estes preferiam os cristãos neutros e pacíficos aos muçulmanos dissidentes sempre prontos à rebelião. Xiitas e drusos, aproveitando-se das lutas entre mamelucos, francos e mongóis, incitam seus correligionários à revolta contra os mamelucos.

Vindos das estepes da Ásia Central, como escravos e guerreiros a serviço dos abássidas, os turcos não tardaram em se tornar os senhores dos palácios e os verdadeiros senhores do poder em Bagdá.

Levados pelo espírito de conquista e sedentos de aventura, os califas se estabeleceram, no século XIII, chefiados pelo emir Soleiman Chah, em frente a Bizâncio. Os turcos souberam se impor e constituíram um estado independente em volta de Brousse.

Em 1453, Mohammed II, o Conquistador (1451-1481) cerca Constantinopla e a toma de assalto, colocando um fim no velho e prestigioso Império Bizantino.

O Oriente Médio é o berço da humanidade. De lá fluíram conhecimentos sobre agricultura, domesticação de animais, a roda, a invenção da escrita (cuneiforme e hieróglifos), a irrigação, os primeiros códigos e grandes contribuições para a arquitetura.

Por volta de 3.000 a.C. o litoral do Levante - Líbano, a Síria e a Palestina - era habitado pelos Cananeus, povo de origem semita. Assim, as primeiras referências ao Líbano, pelo seu nome, datam do terceiro milênio. Os cananeus vieram da Península Arábica pelo Bekaa, como beduínos.

Mais tarde, os gregos chamaram-nos de fenícios - phoinix -, que significa vermelho púrpura nos tecidos, a mais importante indústria dos fenícios.

As cidades organizaram-se próximas do litoral e os fenícios caracterizaram-se como excelentes comerciantes. Cada cidade era independente social, política e economicamente - as chamadas cidades-estado. Biblos e Arado (no norte), Sidon e Tiro (no sul) foram as cidades mais famosas. Alternadamente, Tiro e Sidon exerceram supremacia sobre as outras.

Devido à sua localização privilegiada o Líbano sempre foi muito cobinado. “A história do Líbano é ao mesmo tempo, um desfile de conquistadores e um desfile de civilizações, ou seja, a lenta formação de um sedimento de experiência e de sabedoria raramente igualado no mundo” (CHALITA, p. 57, 1976). Do século XVII a.C. a XIII a.C. a Fenícia manteve relações comerciais com o Egito. Da cidade de Biblos exportava-se vinho, azeite e madeira. Importava-se, em contrapartida, ouro, papiro e metais. No século XIV a.C. os hititas vieram do norte e invadiram a região.

Depois vieram os arameus, os hebreus e os filisteus. Nesta época apareceram os primeiros documentos de escrita alfabética de Ugarit. Em 1200 a.C. começa o domínio fenício. De 1200 a 900 a.C. foi a idade de ouro da Fenícia, tendo grande destaque as cidades de Arado, Trípoli, Jebail, Berito, Sidon e Tiro.

Os fenícios estabeleceram colônias por todo o Mediterrâneo. Cartago, fundada em 814 a.C., significa “Cidade Nova”. Instalados na costa do atual Líbano, os fenícios tornaram-se navegantes e comerciantes. Trocavam seus produtos, principalmente púrpura e perfumes, com os outros povos do Mediterrâneo. Dedicaram suas terras à agricultura, em patamares ao longo das vertentes do Monte Líbano.

Abriram estradas e exploraram os bosques. Desenvolveram a técnica do fabrico de vidro, base de seu intenso e importante comércio, e ainda praticaram as artes como a das jóias e moedas. Porém, a mais importante contribuição dos fenícios para a humanidade foi a criação do alfabeto.

No comércio, introduziram a oliveira e seus subprodutos na Grécia, África do Norte, Itália e Península Ibérica. Da Espanha traziam prata, ferro, estanho e chumbo; do Egito, linho; da Arábia, cordeiros e cabras.

A economia fenícia, após viver da agricultura, da pesca e do comércio exterior, estendeu-se para a indústria, alcançando superioridade na manufatura dos têxteis (a fição e a tecelagem eram exercidas em casa) e na tinturaria de púrpura.

Os Maan do Líbano

Pertencentes a uma família de príncipes árabes que se instalaram no Chouf, no Líbano setentrional, por volta de 1120, os Maan vieram para defender o Líbano contra as cruzadas. Se fixaram em Baaqline e se aliaram à família Tanoukh que reinava na parte ocidental do Líbano perto de Beirute e mais tarde com os Chéhab, emires de Wadi Taym.

A preponderância dos Maan foi consolidada no século XVI, com o emir Fakreddine I. Fakreddine II (1572-1635) queria anexar todas as províncias limítrofes do Chouf e reunir como um só povo todas as comunidades libanesas, independentemente de suas crenças.

A realização de seu plano não foi difícil, uma vez que, com dinheiro e presentes, poder-se-ia obter qualquer coisa da Capital Turca.

Assim, em 1603 ocupa Beirute, depois Sidon e Tiro, e enfim o sul do Líbano, unindo-se aos drusos de Wadi Taym e aos Chéhab, parentes e aliados dos Maan. Conquista também Trípoli ao norte de Beirute.

Para ter o reconhecimento da Porta, declara que suas conquistas tinham como objetivo livrar o país dos salteadores e dos ladrões que o infestavam. Para se consolidar no poder, Fakreddine II teve o mérito de escolher seus colaboradores entre os homens competentes das comunidades libanesas, sem distinção de credo.

O governo de Fakreddine foi absolutista, porém liberal. Seu maior mérito foi realizar uma política de tolerância religiosa. Sob seu governo, sunitas, drusos, xiitas, maronitas, gregos e melquitas formavam uma só nação. Todas essas comunidades viviam lado a lado respeitando-se mutuamente.

Suas prósperas relações comerciais com os duques da Toscana acenderam a ambição e a ira da capital turca que sempre considerava a possibilidade de intervir militarmente contra Fakreddine, mas o envolvimento com a guerra nos Bálcãs e revoluções endêmicas no Império sempre faziam os turcos recuar.

Porém depois de vencer os persas e consolidar as fronteiras orientais do Império, a capital turca decidiu acabar com Fakreddine. Os inimigos de Fakreddine denunciaram-no como um adversário perigoso. O sultão Murad IV ordena ao paxá de Damasco que castigue severamente o príncipe Maanida por causa de suas boas relações com a Europa. Fakreddine solicita ajuda do duque da Toscana, porém não é atendido. Velho, cansado e abatido pela morte do filho, Fakreddine renuncia à luta e se rende. O emir e sua família foram mais tarde conduzidos cativos a Constantinopla e aí executados.

A história dos últimos Maan coincide com o desaparecimento desta dinastia. Alameddine, o último Maan, morre em 1697, numa revolta perto de Beirute, sem deixar descendentes e assim a família Maan, que governou o Líbano por três séculos, desaparece com ele.

Os Primeiros Chehab (1697 – 1789)

Os notáveis do Líbano reunidos em 1697 para eleger o sucessor dos Maan, escolhem o emir Bechir Chehab, do braço dos emires de Rachaya. Ele é sobrinho do emir Ahmed Maan. Porém a escolha da Porta recai sobre um outro príncipe Chehab, o emir Haidar, do ramo dos emires de Hasbaya. Ele será aconselhado pelo emir Hussein, filho de Fakreddine II, porque só tem 12 anos de idade. Fakreddine II era conselheiro do sultão na corte de Constantinopla. Assim, a Porta atende os dois ramos dos Chehab e, ao mesmo tempo, coloca Bechir I sob sua dependência, ameaçando-o se este não seguisse as ordens do governo central. O príncipe Chehab se mostra aliado da Porta, auxiliando os paxás de Sidon e Tiro em suas expedições contra os xiitas do sul do Líbano e da Bekaa. Morre em condições misteriosas em 1706.

O emir Haidar escolhe, então, como seu braço direito, Mahmoud Harmouche, um druso do Chouf. Harmouche tenta um golpe contra o emir porém este, com a ajuda de seus partidários os Abilama, os Khazen, os Hamade e todos os kaissitas, impõe-lhe uma derrota onde os revolucionários são massacrados.

O emir Haidar aproveita esta vitória para reorganizar o Líbano à custa dos iemenitas. Recompensa a família Abilama com o título e grau de emir e governador do Metn. Os outros recebem o título de xeique e o governo das províncias, até então em mãos dos iemenitas. Assim, o Chouf cabe aos Joumblat, o Gharb superior aos Talhouq, e uma parte do Kesrouan aos Kazen. Os Hamade ficam com a região de Jubbat Mnaytrah.

Haidar governa o Líbano até 1729, quando abdica em favor de seu filho, Mulhem. O emir Mulhem faz um governo conciliatório até 1754.

Desde a abdicação de Mulhem, seus filhos Ahmed e Mansour governam conjuntamente o país. Porém, a preferência de Mulhem recai sobre Yousuf, seu filho mais novo, tendo como regente Kasim Omar, seu sobrinho. Não conseguindo o apoio da Porta e incapaz também de resistir à pressão dos dois irmãos, Kasim aceita o emirado de Ghazir. Morre em 1768, deixando a disputa do poder para os irmãos.

Querendo consolidar posições, Mansour se apoia na rica família Joumblat. Ahmed se alia a Yazbek Abdessalam, da família Imad, adversário de Joumblat. Desta dissidência nascem dois novos partidos políticos: os Joumblat e os Yazbek, que substituem os partidos kaissitas e iemenitas. A rivalidade entre os dois irmãos leva Ahmed a renunciar ao poder em 1763, deixando seu irmão Mansour à frente de um novo rival: o emir Yousuf que conquistou a maioria.

A partir da segunda metade do século XVIII a Síria foi sacudida por várias revoltas internas, deixando a Porta numa situação delicada e incapaz de agir. Daher El-omar, senhor de Acre há 50 anos, sustenta um conflito permanente com o paxá de Damasco, Sidon e Trípoli. O Egito também se mexe.

Ali bei, do Egito, se declara independente e envia seu emissário Abou Ad-dhahab à Síria para preparar uma ação comum com Daher contra Othman, o que representa uma ascensão para o prestígio de Yousuf.

Paralelamente a estes acontecimentos a Rússia, em guerra com a Porta, incita rebeliões no Egito e na Síria contra o sultão além de, ao mesmo tempo, bombardear Beirute.

O emir Yousuf é incapaz de conter a invasão russa que havia mandado para lá Ahmed Al-jazzar, “o açougueiro”. Para enfraquecer o emir, jazzar lhe opõe o jovem príncipe Bechir Kasim Omar, conhecido mais tarde como Béchir II, o Grande. Yousuf se rende em 1788, abdicando em favor de Bechir.

Em fins do século XVIII a população libanesa estava cansada das brigas entre emires e entre estes e os xeques. Bechir II vai usar todo o seu prestígio e poder para acabar com esta situação. A primeira atitude é prender Yousuf. A segunda consiste em afastar os chefes feudais e os membros de sua família que não lhe fossem fiéis. Para isso usou de astúcia e força. Os emires se ressentiram, mas obedeceram às suas ordens.

As dolorosas experiências dos 15 primeiros anos do governo do emir Béchir II e a guerra contra a França de Napoleão contribuíram para a formação de seu caráter e de sua personalidade política.

O emir evitou entrar em conflito com os representantes da Porta, principalmente com os paxás de Acre e Damasco, guardando uma certa neutralidade e não intervindo em suas rivalidades. Esta política de neutralidade aumentou seu prestígio em toda a Síria. Aproveitou-se desta situação para consolidar sua posição e acabar com os chefes feudais e governadores de províncias que lhe faziam sombra. Para isso, cometeu atos de violência e até mesmo de crueldade. Em sua “guerra feudal” Béchir se apoiou no mais ilustre dos chefes drusos, Bechir Joumblat. Essa política de força deu ao Líbano uma certa paz onde o maior beneficiado foi o povo.

Com a morte do paxá Soleiman, amigo e aliado de Bechir II, a Porta nomeia para Acre, o paxá Abdallah.

Ele começou sua carreira procurando uma clientela na Montanha que fosse contra o emir e lhe tirasse dinheiro. O emir Bechir se nega a atender às exigências do jovem senhor de Acre, preferindo se afastar do Líbano. Assim, se retira para o Hauran.

Tendo à frente o Partido Yazbeki, os emires Hassan e Salman Chehab passam a governar. Porém, como estes príncipes não tinham nem prestígio nem autoridade, a desordem se instala na montanha. As rivalidades

feudais retomam seu curso. Abdallah paxá sente que é necessário um endurecimento no Líbano. Assim, consente no retorno do emir Bechir. Bechir Joumblat, companheiro e aliado do emir, julga que é hora de se livrar dos laços de vassalagem que o prende a Bechir. Se volta contra seu mestre e solicita a Darwiche, paxá de Damasco, a investidura no emirato de Abbas Chehab, primo de Bechir II. O emir Béchir II toma novamente o caminho do exílio, desta vez no Egito, junto de seu vice-rei Mohammed Ali. Aí o emir tem uma calorosa recepção. Mohammed se empenha para reconduzir o emir ao seu principado, e Abdallah em Acre. A Porta concorda somente para não ir contra a vontade de Mohammed com quem não queria se indispor.

Reempossado, o emir decide liquidar Bechir Joumblat, seu antigo conselheiro e agora seu inimigo. A luta eclode entre os dois emires. Bechir Joumblat é vencido e o emir aproveita a ocasião para tratar seus adversários com extremo rigor e tirá-los do seu caminho. Não poupa nem mesmo seus parentes mais próximos nem seus antigos colaboradores que o traíram. Os chefes feudais se submetem a ele.

A debilidade da Porta, devido a sucessivas crises internas e à má administração das finanças, aliadas às guerras externas, leva o vice-rei Mohammed Ali, em 1810, a cobiçar a Síria, província rica em homens e dinheiro.

Com essa intenção, o vice-rei organiza e moderniza a armada com a ajuda de técnicos europeus, principalmente franceses, fortifica suas posições no interior do país e consolida suas finanças, favorecendo a agricultura. Ao mesmo tempo, intensifica a propaganda entre os sírios, espalhando a notícia que estava disposto a anexar a Síria ao Egito para reconstruir um reino árabe independente da Turquia, e assim restabelecer a grandeza dos fatímidas e omíadas.

Em 1831, o governo otomano estava às portas da falência e com seu prestígio abalado. Na Síria reinava a desordem. Os damasquinos tinham se insurgido e assassinado seu governador Selim paxá. O emir Bechir, que Mohammed Ali considerava como seu aliado, tornara-se o senhor absoluto da Montanha.

Diante deste quadro, Mohammed Ali resolve intervir na Síria e Turquia, exigindo a devolução de grande soma de dinheiro que havia emprestado a Abdallah paxá. Manda também que os felás que haviam se refugiado em Acre para fugir do serviço militar retornem ao Egito.

Abdallah paxá recusa, e parte para ocupar a Síria solicitando a ajuda, para isso, do emir Bechir, que recusa por não querer se envolver. Pressionado, acaba por ajudar o Egito. A costa libanesa é cercada e Acre cai e Mohammed avança para a capital do Império Otomano.

Estes acontecimentos inquietam os gabinetes europeus alarmados com a queda iminente de Constantinopla. O conflito entre o sultão Mahmoud II e seu vassalo Mohammed Ali torna-se uma questão internacional. França e Inglaterra obrigam Mohammed a parar seu avanço e a aceitar um acordo que lhe asseguraria a posse hereditária do Egito, Síria, Sicília e Creta. A Rússia, que também interveio, retira sua frota marítima de Constantinopla.

Mohammed Ali deixa então a Síria em mãos de Ibrahim paxá e do emir Bechir que, depois de um período de administração tolerante, passam a cometer abusos e a cobrar impostos altíssimos devido à necessidade de dinheiro para a reconstrução do país.

Entre 1834 e 1840 sucedem-se várias revoltas no país, culminando com a guerra civil de 1840 e a intervenção da Inglaterra, que já se inquietava com o poder de Mohammed Ali no Egito e na Síria.

Em 1860, com a conivência das autoridades turcas, muitos cristãos foram perseguidos e sacrificados nas regiões dominadas pelos drusos. A Europa se comoveu, e a França enviou 7 mil soldados para proteger a comunidade cristã. Após consultas entre os Governos europeus (Itália, Suíça, França, Rússia, Áustria e Inglaterra) e a Turquia, um Protocolo foi finalmente assinado em 9 de junho de 1861, que estabeleceu o regime Mutassaryfiat, baseado no reconhecimento da autonomia administrativa do Monte Líbano. Esse regime permaneceu em vigor até a Primeira Guerra Mundial.

A derrota da Alemanha e seus aliados na Primeira Guerra Mundial libertou o Líbano da hegemonia turca que durou 402 anos. Em 7 de outubro de 1918, uma força naval francesa chegou no porto de Beirute. Em abril de 1920, o Líbano foi colocado sob mandato francês. Em 31 de agosto de 1920, o general Gouraud, Alto Comissário da França no Levante, decreta o restabelecimento do Líbano em “suas fronteiras geográficas e históricas”. No primeiro de setembro foi proclamado o “Estado do Grande Líbano, estado independente sob mandato francês”.

Esta é a fase onde tem início a mais sangrenta e dolorosa epopeia do povo fenício e que justifica plenamente a necessidade de vivenciar outras realidades, outros mundos, outras vidas. O Império Otomano representa como um povo é obrigado a se submeter as perseguições de toda espécie, e não fosse a coragem e seu espírito empreendedor de navegadores do tempo, talvez não estivéssemos aqui tentando resgatar suas histórias.

Líbano Mais Atual

Em 23 de maio de 1926, o Grande Líbano transformou-se em República Libanesa depois de ter estabelecido e promulgado democraticamente uma Constituição, adotando o regime parlamentar.

Em 1943, Bechara el Khoury foi eleito presidente da República. No mesmo ano, no dia 22 de novembro, o Líbano obteve efetivamente a sua independência.

Em 24 de outubro de 1945, o Líbano entrou na ONU como membro efetivo.

Em 31 de dezembro de 1946, o último soldado estrangeiro deixa o País.

Em maio de 1958, revolta dos chefes da oposição contra o presidente Camille Chamoun.

Em 13 de abril de 1975, início da guerra civil libanesa.

Em julho de 1976, intervenção da Síria na guerra do Líbano.

Em junho de 1982, invasão israelense do território libanês.

Em 1989, parlamentares libaneses assinam o Acordo de Taif, na Arábia Saudita, para pôr o fim à guerra civil e instalar a nova república.

O Líbano é uma República Parlamentarista e democrática, adaptou seu sistema político para atender as necessidades das diferentes etnias e religiões presentes no país. A Constituição Libanesa determina que o presidente seja maronita, o presidente do Congresso seja xiita e o primeiro-ministro, sunita. O presidente da República é eleito pelo Parlamento.

Os 128 deputados, representantes do poder legislativo, são eleitos pelo povo em sufrágio universal para um mandato de quatro anos com possível reeleição.

Referências

CHALLITA, Mansour. *Este é o Líbano*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, 1976.

Conclusão

Será que seríamos capazes de imaginar toda essa trajetória? Se considerarmos que o nosso país tem somente 500 anos o que dizer deste “desfile de civilizações” como nos coloca Challita. Imaginem então quão difícil é tentar retratar, tratando-se de uma tentativa singela de trazer estas memórias registradas na história até o nosso tempo. O foco é abrangente no tempo, porém suscito na abordagem. É um início de uma viagem milenar que pretende chegar até nós, e até nossos dias, mostrando de onde viemos em suas origens civilizatórias multifacetadas, que amalgamaram, o que poderia ser caracterizada como nossa cultura libanesa. No futuro, pretendemos entender um pouco mais do que nos foi possível transmitir por nossos imigrantes e seus descendentes, o quanto conseguimos entender de suas falas, de sua língua, de seus modos de ser e viver. Afinal, representam um povo fenício por muitos séculos submetido a múltiplos desafios e para os quais foram amados sobreviventes.

Esta é uma homenagem a estes homens e mulheres que de uma terra tão longínqua vieram buscar a paz e a prosperidade nesta terra que os acolheu com tanto carinho e lhes proporcionou que agora, nós, seus descendentes, pudéssemos nos debruçar sobre o seus passados milenares. Fazer com que cada um de nós, ligados pelo tempo a estas histórias, e que de uma forma ou de outra dão continuidade a esta história, tenham um compromisso de tentar manter vivas estas lembranças, antes que elas se percam no próprio tempo e no espaço, o que não é nosso desejo.

Khalil Gibran em suas imensas parábolas nos diz que “o importante para uma pessoa não são os seus sucessos mas sim quanto os deseja”.

Editoração e impressão:

